RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Senhores(as) acionistas,

A Senior Solution S.A. ("Senior Solution" ou "Companhia"), líder no desenvolvimento de softwares aplicativos para o setor financeiro no Brasil, submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos 2015 com o décimo primeiro ano consecutivo de crescimento, receita líquida recorde de R$ 75.304 mil e crescimento de 6,0% sobre 2014, em um ano marcado por retração do PIB de 3,8%. Além disso, fomos capazes de minimizar a perda de lucratividade, mesmo com a pressão inflacionária refletida nos salários, com o IPC-A acumulado em 2015 atingindo 10,7%, e o aumento da carga tributária sobre nosso setor, sendo que o INSS Patronal passou de 2,0% para 4,5% a partir de dezembro.

Iniciamos 2016 com uma perspectiva conservadora, nos preparando para um ano em que a conjuntura econômica recessiva poderá se refletir em desaceleração das vendas e aumento do *churn*. Mas sabemos que o perfil de recorrência será um porto seguro, facilitando a continuidade do crescimento e a manutenção da lucratividade.

Além disso, contamos com um caixa líquido confortável enquanto algumas empresas do setor enfrentam dificuldades com a concentração de receitas, a pressão inflacionária sobre os custos, o aumento da carga tributária ou o elevado endividamento. Acreditamos que algumas delas buscarão alternativas estratégicas para garantir a sua perenidade, e estaremos bem posicionados quando isto ocorrer.

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

A Companhia apresentou o décimo primeiro ano consecutivo de crescimento, com receita líquida recorde de R$ 75.304 mil (+6,0% vs. 2014). As unidades de Outsourcing (+17,9% vs. 2014) e Software (+17,7% vs. 2014) apresentaram crescimento, ao contrário das unidades de Consultoria (-17,6% vs. 2014) e Serviços (-37,7% vs. 2014). O ticket médio ficou em R$ 311 mil (-20,7% vs. 2014) devido ao forte aumento da base de clientes para 242 (vs. 181 em 2014). As receitas recorrentes bateram recorde de R$ 63.447 mil (+17,8% vs. 2014), representando 84,3% do total.

O lucro bruto foi de R$ 27.219 mil (-1,0% vs. 2014), com margem bruta de 36,1% (-2,6 p.p. vs. 2014). A menor lucratividade é atribuída, principalmente, aos negócios de Consultoria e Serviços e também à consolidação dos números da Aquarius Tecnologia, a partir do 1T15, e da Pleno, a partir do 4T15, uma vez que o novo segmento de Software para Consórcios apresenta margem bruta inferior à média da Companhia.

As despesas operacionais alcançaram R$ 21.931 mil (+13,7% vs. 2014), ou 29,1% da receita líquida (+2,0 p.p. vs. 2014). As despesas gerais e administrativas foram de R$ 17.480 mil (+5,6% vs. 2014), ou 23,2% da receita líquida (-0,1 p.p. vs. 2014), com crescimento abaixo da inflação do período. Ressalta-se que o valor consolidado foi impactado pelas aquisições da Aquarius Tecnologia no 1T15 e da Pleno no 4T15. As despesas com depreciação e amortização somaram R$ 4.451 mil (+62,8% vs. 2014).

Os dispêndios (custos e despesas) com "Pessoal, encargos e benefícios", "Mão de obra" e "Serviços de terceiros" foram de R$ 57.672 mil (+13,8% vs. 2014), representando 76,6% da receita líquida. O aumento foi relacionado a (i) aumento do número de colaboradores para 453 (vs. 421 em 31/12/2014), notadamente das unidades de Software e Outsourcing, e (ii) reajustes salariais com o dissídio coletivo de 7,0% a partir de janeiro de 2015.

O EBITDA foi de R$ 9.738 mil (-10,9% vs. 2014), com margem EBITDA de 12,9% (-2,5 p.p. vs. 2014). A lucratividade foi impactada pela redução no lucro bruto (-1,0% vs. 2014) e aumento nas despesas gerais e administrativas (+5,6% vs. 2014), explicadas anteriormente.

O lucro líquido alcançou R$ 9.800 mil (-11,6% vs. 2014), com margem líquida de 13,0% (-2,6 p.p. vs. 2014). O resultado financeiro foi de R$ 4.059 mil (+34,4% vs. 2014). A elevação das taxas de juros no período contribuiu para o aumento, já que a Companhia apresenta saldo líquido de caixa positivo. O imposto de renda e contribuição social representou um crédito de R$ R$ 453 mil (vs. débito de R$ 136 mil em 2014). Em 2015 contabilizamos créditos proporcionados pela Lei do Bem de dois exercícios sociais totalizando R$ 2.650 mil, sendo R$ 660 mil referentes aos dispêndios com pesquisa a desenvolvimento em 2013 e R$ 1.990 mil em 2014.

Pesquisa e desenvolvimento

Os custos com Pesquisa e Desenvolvimento somaram R$ 2.826 mil (-24,6% vs. 2014). Os dispêndios foram direcionados para (i) personalização de produtos para atender às necessidades dos clientes, (ii) melhorias de performance no sistema SBS e (iii) desenvolvimento de um novo módulo e de funcionalidades para controle de lastros voltado à emissão de letras de crédito imobiliário e do agronegócio no sistema SBS. Vale destacar que a Companhia não tem como prática capitalizar tais gastos, contabilizando integralmente como custo.

Posição financeira

Em 31/12/2015, o saldo de caixa bruto ficou em R$ 47.872 mil, a dívida bruta em R$ 19.834 mil e o saldo de caixa líquido em R$ 28.038 mil, patamar suficiente para a Companhia dar continuidade à estratégia de crescimento por aquisições.

INVESTIMENTOS

Aquisição da Aquarius Tecnologia

Em 02/02/2015, por meio de sua controlada Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. (“Senior Solution Consultoria”), a Companhia adquiriu a Aquarius Tecnologia e Informática Ltda. (“Aquarius Tecnologia”), uma das líderes no desenvolvimento de softwares aplicativos para o segmento de consórcios. O valor total da transação foi de R$ 7.090 mil, sendo R$ 5.000 à vista, R$ 1.500 mil a prazo e R$ 590 mil pelo alcance de 23,6% da meta para a parcela adicional. A Aquarius Tecnologia adicionou receita líquida de R$ 5.645 mil, lucro bruto de R$ 1.830 mil e 57 clientes entre fevereiro e dezembro de 2015.

Aquisição da Pleno

Em 23/11/2015, por meio de sua controlada Senior Solution Consultoria, a Companhia adquiriu a Pleno - Tecnologia & Sistemas Ltda. (“Pleno”), desenvolvedora de softwares aplicativos para o segmento de consórcios. O valor total da transação foi de R$ 2.900 mil, sendo R$ 2.100 mil à vista e R$ 700 mil pelo alcance de 100,0% da meta para a parcela adicional. A Pleno adicionou receita líquida de R$ 153 mil, lucro bruto de R$ 24 mil e 31 clientes em novembro e dezembro de 2015.

MERCADO DE CAPITAIS

Recompra de ações

Em 26/08/2015, o Conselho de Administração aprovou o terceiro programa de recompra de ações, que compreende a aquisição de até 700 mil ações. Somando-se as 463 mil ações adquiridas nos dois programas anteriores, até a presente data foram adquiridas 564,9 mil ações, que representam 4,8% do capital social, ao preço médio ponderado de R$ 8,18 por ação.

Desempenho da ação e base acionária

As ações (Bovespa Mais: SNSL3) encerraram o ano cotadas a R$ 9,09. Como o capital social total é representado por 11.787.203 ações ordinárias, o valor de mercado da Companhia em 31/12/2015 era de R$ 107.145.675,27. O volume médio diário negociado foi de R$ 132,9 mil, alta de 10,1%, e o número médio diário de negócios foi de 34 contra 21 em 2014. A base acionária finalizou o ano com 1.895 acionistas, aumento de 212,7% sobre 2014.

Proventos em dinheiro referentes ao exercício de 2015

O Conselho de Administração aprovou as seguintes distribuições de lucros *ad referendum* da assembleia geral: (i) em 24/09/2015, via juros sobre capital próprio, R$ 1.311 mil relativa ao 1º semestre, com direito os acionistas na base em 09/10/2015 e pagamento a partir de 22/10/2015; (ii) em 09/12/2015, via juros sobre capital próprio, R$ 1.269 mil relativa ao 2º semestre, com direito os acionistas na base em 11/12/2015 e pagamento a partir de 23/12/2015; e (iii) em 15/03/2016, proventos complementares, sendo R$ 1.133 mil via juros sobre capital próprio e R$ 11 mil via dividendos, com direito os acionistas na base em 29/04/2016 e pagamento a partir de 11/05/2016.

O valor distribuído totalizou R$ 3.724 mil, equivalente a 40,0% do lucro líquido ajustado após deduções e provisões legais presentes no Estatuto Social, ou 38,0% do lucro líquido societário. Nos termos do Artigo 31 do Estatuto Social, o valor líquido de imposto de renda foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2015.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme Instrução CVM 381/03, informamos que a Companhia e suas controladas contrataram os serviços de auditoria independente da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos com interesses de seus clientes. A Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal, previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados à auditoria contábil externa, consultar os auditores independentes e o Conselho de Administração, no sentido de assegurar-se que a realização da prestação destes outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria, bem como obter aprovação de seu Conselho de Administração. Adicionalmente são requeridas declarações formais destes mesmos auditores quanto à sua independência na realização de serviços que não sejam de auditoria.

Ressaltamos que, no exercício de 2015, não foram prestados pelos auditores independentes serviços não relacionados à auditoria externa.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atenção ao disposto na Instrução CVM 480/09, a Diretoria da Senior Solution declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2015.

AGRADECIMENTOS

Por fim, a Companhia registra seus agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso obtido no ano, em especial a seus clientes, colaboradores e acionistas.

São Paulo, 15 de março de 2016.

Senior Solution S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2015

ÍNDICE

Mensagem da Administração.....3

Relatório dos Auditores Independentes Sobre a Revisão das Demonstrações Financeiras..... 4

Demonstrações Financeiras Auditadas

Balanço Patrimonial 6
Demonstração do Resultado do Exercício..... 8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 9
Demonstração dos Fluxos de Caixa 10
Demonstração do Valor Adicionado.....12

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e demais interessados,

Em cumprimento às disposições legais, a SENIOR SOLUTION S.A., principal provedora brasileira especializada em tecnologia da informação para o mercado financeiro, submete à apreciação de seus acionistas e demais interessados o Relatório da Administração e as correspondentes Informações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício de 2015, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos com interesses de seus clientes.

Procedimentos adotados pela Companhia, conforme inciso III, art. 2º Instrução CVM nº381/03: A Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal, previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados à auditoria contábil externa, consultar os auditores independentes e o Conselho de Administração, no sentido de assegurar-se que a realização da prestação destes outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria, bem como obter aprovação de seu Conselho de Administração. Adicionalmente são requeridas declarações formais destes mesmos auditores quanto à sua independência na realização de serviços que não sejam de auditoria.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Senior Solution S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Senior Solution S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Senior Solution S.A. e da Senior Solution S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 1.5, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 10 de dezembro de 2015, sem ressalvas.

São Paulo, 15 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Novaes de Queiroz
Contador CRC 1DF012332/O-2 "S" SP

SENIOR SOLUTION S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014 (Reclassificado – Nota 1.5)**	**31.12.2015**	**31.12.2014 (Reclassificado – Nota 1.5)**
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	40.056.157	38.827.789	47.871.703	44.105.406
Contas a receber (nota 8)	4.813.796	4.526.692	12.138.898	10.556.190
Despesas antecipadas (nota 10)	17.111	21.674	17.812	21.674
Impostos e contribuições a recuperar (nota 9)	2.106.366	891.063	4.054.403	2.376.163
Adiantamentos e outros créditos a receber (nota 11)	34.313	43.229	170.880	70.208
Total do ativo circulante	**47.027.743**	**44.310.447**	**64.253.696**	**57.129.641**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Partes relacionadas (nota 12)	3.133.075	1.840.161	-	-
Depósitos judiciais (nota 20)	120.872	71.903	182.129	84.483
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 26)	1.105.919	1.675.616	4.979.116	5.077.949
Investimentos (nota 5)	35.421.467	28.835.514	-	-
Imobilizado (nota 13)	505.019	512.593	762.460	880.821
Intangível (nota 14)	688.300	702.005	28.027.056	22.057.363
Total do ativo não circulante	**40.974.652**	**33.637.792**	**33.950.761**	**28.100.616**
Total do ATIVO	**88.002.395**	**77.948.239**	**98.204.457**	**85.230.257**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**	**31.12.2015**	**31.12.2014**
PASSIVO		**(Reclassificado – Nota 1.5)**		**(Reclassificado – Nota 1.5)**
Circulante				
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	1.258.343	1.135.344	1.258.343	1.135.344
Fornecedores e prestadores de serviços	485.843	418.596	928.514	713.957
Adiantamentos de clientes (nota 16)	568.875	2.351.586	973.081	2.860.939
Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas (nota 17)	3.395.596	4.565.429	6.627.037	6.873.469
Dividendos a pagar (nota 21.2)	158.705	3.078.829	271.878	3.078.829
Obrigações tributárias (nota 18)	464.540	179.578	1.243.842	773.447
Obrigações por aquisição de investimento (nota 19)	341.949	335.974	3.498.541	1.585.177
Total do passivo circulante	**6.673.851**	**12.065.336**	**14.801.236**	**17.021.162**
Não circulante				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	12.597.404	2.855.733	12.597.404	2.855.733
Provisões para contingências (nota 20)	1.466.496	1.278.117	2.244.038	1.889.200
Partes Relacionadas (nota 12)	-	324.552	-	-
Obrigações por aquisição de investimento (nota 19)	1.182.310	1.524.256	2.479.445	3.563.917
Total do passivo não circulante	**15.246.210**	**5.982.658**	**17.320.887**	**8.308.850**
Patrimônio líquido (nota 21)				
Capital social	50.560.594	50.560.594	50.560.594	50.560.594
Ações em tesouraria	(4.234.516)	(3.396.651)	(4.234.516)	(3.396.651)
Reserva de capital	763.394	763.394	763.394	763.394
Reservas de lucro	18.992.862	11.972.908	18.992.862	11.972.908
Total do patrimônio líquido	**66.082.334**	**59.900.245**	**66.082.334**	**59.900.245**
Total do PASSIVO	**88.002.395**	**77.948.239**	**98.204.457**	**85.230.257**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**	**31.12.2015**	**31.12.2014**
		(Reclassificado – Nota 1.5)		**(Reclassificado – Nota 1.5)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 22)	**28.419.400**	**28.926.764**	**75.303.830**	**71.010.887**
Custo dos serviços prestados (nota 23)	(14.160.485)	(13.725.848)	(45.258.946)	(39.774.259)
Custo com pesquisa e desenvolvimento (nota 23)	(2.342.365)	(3.259.015)	(2.826.317)	(3.749.908)
LUCRO BRUTO	**11.916.550**	**11.941.901**	**27.218.567**	**27.486.720**
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais, administrativas e comerciais (nota 24)	(9.022.256)	(9.254.845)	(21.930.857)	(19.286.508)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 5)	3.239.451	6.098.922	-	-
Total das receitas (despesas) operacionais	**(5.782.805)**	**(3.155.923)**	**(21.930.857)**	**(19.286.508)**
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	**6.133.745**	**8.785.978**	**5.287.710**	**8.200.212**
Resultado financeiro líquido (nota 25)	3.420.488	2.713.254	4.058.748	3.018.832
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**9.554.233**	**11.499.232**	**9.346.458**	**11.219.044**
Imposto de renda e contribuição social corrente (nota 26)	815.194	(777.080)	513.518	(1.808.322)
Imposto de renda e contribuição social diferido (nota 26)	(569.697)	360.845	(60.246)	1.672.275
Lucro líquido	**9.799.730**	**11.082.997**	**9.799.730**	**11.082.997**
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO (nota 27)	**0,866**	**0,963**	**0,866**	**0,963**
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO (nota 27)	**0,866**	**0,963**	**0,866**	**0,963**

Não foram apurados outros resultados abrangentes. Portanto, não está sendo apresentada a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Despesas com emissões de ações	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**50.560.594**	**763.394**	**-**	**(1.952.533)**	**873.354**	**6.831.708**	**-**	**57.076.517**
	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	11.082.997	11.082.997
Ações em tesouraria (ii)	-	-	(3.396.651)	-	-	-	-	(3.396.651)
Juros sobre capital próprio (i)	-	-	-	-	-	-	(4.761.242)	(4.761.242)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(101.376)	(101.376)
Constituição de reserva	-	-	-	-	-	6.220.379	(6.220.379)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado – nota 1.5.)	**50.560.594**	**763.394**	**(3.396.651)**	**(1.952.533)**	**873.354**	**13.052.087**	**-**	**59.900.245**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	9.799.730	9.799.730
Ações em tesouraria (nota 21.4)	-	-	(837.865)	-	-	-	-	(837.865)
Juros sobre capital próprio (nota 21.2)	-	-	-	-	-	-	(2.738.149)	(2.738.149)
Dividendos (nota 21.2)	-	-	-	-	-	-	(41.627)	(41.627)
Constituição de reserva	-	-	-	-	489.987	6.529.967	(7.019.954)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**50.560.594**	**763.394**	**(4.234.516)**	**(1.952.533)**	**1.363.341**	**19.582.054**	**-**	**66.082.334**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**	**31.12.2015**	**31.12.2014**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	**9.799.730**	**11.082.997**	**9.799.730**	**11.082.997**
Itens que não afetam o caixa				
Equivalência patrimonial	(3.239.451)	(6.098.922)	-	-
Depreciação e amortização	178.564	175.044	2.550.730	1.774.282
Impairment de ágio	1.900.000	960.163	1.900.000	960.163
Depreciação e amortização por aquisição de empresa	-	-	835.765	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(24.264)	28.925	(11.985)	53.672
Provisão para contingências	188.379	387.576	354.838	385.076
Provisão para bônus e participação nos resultados	655.603	2.298.916	1.115.547	2.541.408
Imposto de renda e contribuição social diferidos	569.697	(360.845)	98.833	(1.672.275)
Lucro ou prejuízo na alienação de imobilizado e intangível	-	-	5.552	-
Valor da marca na aquisição de investimento	-	-	(541.476)	-
Valor da carteira de clientes na aquisição de investimento	-	-	(2.017.625)	-
Valor do software na aquisição de investimento	-	-	(627.800)	-
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	(5.660.589)	-
Variação nas contas de ativos e passivos				
Contas a receber	(262.840)	(1.988.838)	(1.570.723)	(5.092.847)
Despesas antecipadas e depósitos judiciais	(44.406)	1.125	(93.784)	181.786
Impostos e contribuições a recuperar	(1.215.303)	(315.773)	(1.678.240)	(448.750)
Outros créditos a receber	8.916	(16.529)	(100.672)	3.834
Fornecedores e prestadores de serviços	67.247	(4.876)	214.557	92.053
Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas	(1.825.436)	(317.127)	(1.361.979)	(432.826)
Obrigações tributárias	284.962	74.244	470.395	220.878
Contingências pagas	-	(355.415)	-	(358.665)
Adiantamento de clientes	(1.782.711)	572.045	(1.887.858)	1.004.140
Partes relacionadas	(1.617.466)	-	-	-
Dividendos a distribuir por controladas	-	-	113.174	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS OPERAÇÕES	**3.641.221**	**6.122.710**	**1.906.390**	**10.294.926**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado e intangível	(157.286)	(233.284)	(203.019)	(260.523)
Imobilizado e intangível proveniente de aquisição de empresa	-	-	(2.092.870)	-
Aporte de capital em controlada	(7.050.000)	-	-	-

CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(7.207.286)**	**(233.284)**	**(2.295.889)**	**(260.523)**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**	**31.12..2015**	**31.12.2014**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria	(837.865)	(3.396.651)	(837.865)	(3.396.651)
Distribuição de juros sobre capital próprio de resultado do exercício de 2014	(2.977.453)	-	(2.977.453)	-
Distribuição de juros sobre capital próprio de resultado do exercício de 2015	(2.579.444)	-	(2.579.444)	-
Distribuição de dividendos	(101.376)	(1.783.789)	(101.376)	(1.783.789)
Distribuição de dividendos por controladas	(41.627)		(41.627)	
Recebimento de dividendos	1.803.499	3.000.000	-	-
Partes relacionadas	-	748.748	-	410.080
Aumento de obrigações por aquisição de investimento	-	-	10.217.924	-
Amortização de obrigações por aquisição de investimento	(335.971)	-	(9.389.033)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	11.000.000	(605.744)	11.000.000	(1.808.472)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.135.330)	(1.496.442)	(1.135.330)	(1.496.442)
CAIXA ORIGINADO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**4.794.433**	**(3.533.878)**	**4.155.796**	**(8.075.274)**
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**1.228.368**	**2.355.548**	**3.766.297**	**1.959.129**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	38.827.789	36.472.241	44.105.406	42.146.277
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	40.056.157	38.827.789	47.871.703	44.105.406
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE DISPONIBILIDADES	**1.228.368**	**2.355.548**	**3.766.297**	**1.959.129**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**	**31.12.2015**	**31.12.2014**
1 – RECEITAS	**31.515.434**	**31.938.406**	**83.523.758**	**78.681.617**
1.1 - Vendas de produtos e serviços	31.491.170	31.967.331	83.511.773	78.735.289
1.2 - Provisões para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (Constituição)	24.264	(28.925)	11.985	(53.672)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	**(3.900.505)**	**(1.242.051)**	**(11.914.498)**	**(12.541.816)**
2.1 - Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(1.758.055)	(2.447.289)	(7.357.104)	(8.722.486)
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.	(2.142.450)	(1.205.238)	(4.557.394)	(3.819.330)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**27.614.929**	**30.696.355**	**71.609.260**	**66.139.801**
4 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	**(2.078.564)**	**(1.135.207)**	**(4.450.730)**	**(2.735.190)**
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	**25.536.365**	**29.561.148**	**67.158.530**	**63.404.611**
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**8.123.052**	**9.790.058**	**6.092.975**	**4.360.819**
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	3.239.448	6.098.922	-	-
6.2 - Receitas financeiras	4.883.604	3.691.136	6.092.975	4.360.819
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	**33.659.417**	**39.350.952**	**73.251.505**	**67.765.430**
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**33.659.417**	**39.350.952**	**73.251.505**	**67.765.430**
8.1 - Pessoal	**18.438.047**	**22.599.204**	**51.303.356**	**45.257.995**
8.1.1 - Remuneração direta e F.G.T.S	16.125.048	19.951.009	45.096.517	39.580.177
8.1.2 - Benefícios	2.312.999	2.648.195	6.206.839	5.677.818
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	**2.826.273**	**3.456.802**	**7.754.671**	**7.860.449**
8.2.1 - Federais	1.668.120	2.222.390	4.386.025	4.411.846
8.2.2 - Estaduais	-	-	-	-
8.2.3 - Municipais	1.158.153	1.234.412	3.368.646	3.448.603
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	**2.595.367**	**2.211.949**	**4.393.748**	**3.563.989**
8.3.1 - Juros	1.463.116	977.882	2.034.227	1.341.987
8.3.2 - Aluguéis	1.132.251	1.234.067	2.359.521	2.222.002
8.4 - Remuneração de capitais próprios	**9.799.730**	**11.082.997**	**9.799.730**	**11.082.997**
8.4.1 – Distribuição de dividendos por controladas	-	-	-	-
8.4.2 - Lucros retidos do exercício	9.799.730	11.082.997	9.799.730	11.082.997
8.4.3 - Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Seção A - Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Senior Solution S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rua Haddock Lobo, 347 13º andar, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, tendo suas ações negociadas no Bovespa Mais da BM&F Bovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

A Companhia foi constituída em 1996, tendo por objetivo principal o fornecimento de produtos e serviços de informática em tecnologia, visando o mercado financeiro. Foi a primeira empresa brasileira a buscar o desenvolvimento de um sistema com o conceito de *One-Stop-Shop* em seus aplicativos, implantando no mercado nacional padrões de empresas internacionais, desenvolvendo soluções abrangentes e integradas em tecnologia e negócios.

Atualmente a Senior Solution é líder deste mercado, atendendo grandes instituições financeiras do país, incluindo 15 dos 20 maiores bancos, 11 das 20 maiores seguradoras, 6 das 20 maiores fundações e 54 das principais administradoras de consórcios. O fortalecimento institucional e o maior volume de recursos aplicados nos últimos exercícios permitiram à Companhia investir em infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento, diversificação dos serviços e aquisição de outras empresas desse mercado.

A Companhia é Controladora da Senior Solution Serviços em Informática Ltda. (anteriormente denominada Plataforma Eletrônica S.A.), Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. (anteriormente denominada E-commerce Consultoria em Informática S.A.) e Controlpart Consultoria e Participações Ltda., empresas que têm por objetivo atuar de forma complementar às atividades da Companhia.

Em 2 de fevereiro de 2015 a Companhia, através de sua controlada Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. ("Senior Consultoria") celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças por meio do qual adquiriu a totalidade das quotas da Aquarius Tecnologia e Informática Ltda. ("Aquarius Tecnologia"), uma das líderes no desenvolvimento de software aplicativos para o segmento de consórcios.

Em 23 de novembro de 2015 a Companhia, através de sua controlada Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. ("Senior Consultoria") celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças por meio do qual adquiriu a totalidade das quotas da Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda. ("Pleno Tecnologia"), uma das líderes no desenvolvimento de software aplicativos para o segmento de consórcios.

Dentre os incentivos fiscais existentes no país, a Companhia se utiliza do benefício proveniente da Lei do Bem (lei nº11.196/05), voltada a pessoas jurídicas que realizam pesquisa e desenvolvimento (P&D) de inovação tecnológica. Este beneficio proporciona uma economia fiscal ao reduzir a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro de 60% a 80% dos dispêndios em P&D.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 15 de março de 2016.

Quaisquer dados não financeiros que porventura estejam incluídos neste relatório, tais como número de clientes e abrangência, *marketshare*, entre outros, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 29.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

1.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2015 e não tiveram impactos materiais para a Companhia e suas controladas.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos no. 06/ Projetos Anuais de Aprimoramento do IFRS 2010-2012 e 2011-2013:

(i) **CPC 15/IFRS 3 – Combinação de negócios**: foi eliminado o conflito entre as normas de instrumentos financeiros e combinação de negócios; esclarecido que o pagamento contingente é um passivo financeiro ou um instrumentos de patrimônio e que a sua remensuração deve ser a valor justo, quando não for instrumento patrimonial. Além disso, eliminou a referência para outros pronunciamentos, como IAS 37, para remensuração do pagamento contingente e fez esclarecimentos sobre exceções no escopo da norma.

(ii) **CPC 46/IFRS 13 – Mensuração de valor justo**: esclarece que a mensuração de ativos financeiros de curto prazo sem juros explícitos ao valor presente, quando seus efeitos são imateriais, é permitida, embora não seja requerida. Adicionalmente, esclarece que a exceção para mensur/ação ao valor justo de uma carteira pelo líquido, exceção trazida para o IFRS 13, se aplica a todos os contratos no âmbito do IAS 39 e do IFRS9.

(iii) **CPC 05/IAS 24 - Partes relacionadas**: esclarece que a entidade que presta serviços administrativos equivalentes à administração-chave é também parte relacionada e a entidade que reporta deve divulgar as despesas pagas a essa parte relacionada.

(iv) **CPC 22/IFRS 8 – Informações por segmento**: aprimora os critérios de divulgação dos segmentos operacionais e orienta para a reconciliação entre o total de ativos reportados nos segmentos e o total de ativos da entidade.

Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2015 não são relevantes para a Companhia e suas controladas .

1.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 5(b).

1.5 Reapresentação das cifras comparativas

A Companhia não registrou contabilmente nas demonstrações financeiras de 2014 os dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto em seu estatuto social e requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Os referidos dividendos foram registrados apenas em março de 2015 com base na ata da reunião do Conselho de Administração de 25 de março de 2015.

Durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2015, a administração procedeu ao ajuste contábil referente aos dividendos de 2014, e está reapresentando as cifras comparativas em 31 de dezembro de 2014 contemplando o referido ajuste. O impacto nas demonstrações está demonstrado abaixo:

	31.12.2014	**31.12.2014 (Reapresentado)**
Dividendos a pagar		3.078.829
Patrimônio Líquido	62.979.074	59.900.245

Como consequência do referido ajuste, os dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2014 foram excluídos da demonstração das mutações do patrimônio líquido referente ao exercício de 2015. As Demonstrações Financeiras de 2013 não foram afetadas por esta reapresentação.

1.6 Reclassificações contábeis e divulgações

Com a finalidade de aperfeiçoar a apresentação de suas informações financeiras, a Companhia efetuou a reclassificação de determinados saldos referentes a 31 de dezembro de 2014 entre contas do balanço patrimonial nas seguintes rúbricas do ativo circulante: (i) Imposto de renda e contribuição social diferidos, transferidos de curto para longo prazo e (ii) Despesas antecipadas, saldo transferido para depósitos judiciais no longo prazo. Adicionalmente, alteramos o Imposto de renda e contribuição social diferidos do passivo circulante para o ativo não circulante de igual rúbrica e reclassificamos o saldo de ágio em aquisição de controladas para investimento. Por fim, na demonstração do resultado, consolidamos as despesas com Publicidade e propaganda na rúbrica de Despesas gerais e administrativas, bem como a linha de Despesa de serviço compartilhado na nota explicativa 24.

Seguem abaixo os quadros demonstrando as reclassificações efetuadas:

(a) Balanço Patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	**31.12.2014 (Reclassificado)**	**31.12.2014**	**31.12.2014 (Reclassificado)**
ATIVO				
Circulante				
Despesas antecipadas	93.577	21.674	106.157	21.674
Imposto de renda e contribuição social diferidos			306.134	
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.925.806	1.675.616	5.621.173	5.077.949
Depósitos judiciais		71.903		84.483
Investimentos	20.758.267	28.835.514		
Intangível	8.779.251	702.005		
PASSIVO				
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	250.190		849.358	

(b) Demonstração de resultado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	**31.12.2014 (Reclassificado)**	**31.12.2014**	**31.12.2014 (Reclassificado)**
Receitas (despesas) operacionais				
Publicidade e propaganda	(215.443)	-	(243.674)	-
Gerais e administrativas	(7.903.941)	(9.254.845)	(16.307.644)	(19.286.508)
Depreciação e amortização	(1.135.461)	-	(4.450.730)	-

(c) Nota explicativa – Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	**31.12.2014 (Reclassificado)**	**31.12.2014**	**31.12.2014 (Reclassificado)**
Serviços de terceiros	933.288	300.706	1.284.697	1.284.697
Pessoal, encargos e benefícios	4.968.192	1.946.401	6.994.346	6.994.346
Comissões	407.200	312.615	536.229	536.229
Aluguéis, seguros e condomínios e outros	1.234.067	1.113.324	2.222.002	2.222.002
Complemento (Reversão) provisão para bônus e participação nos resultados	2.298.916	2.298.916	2.541.408	2.541.408
Complemento (Reversão) provisão devedores duvidosos	28.925	28.925	53.672	53.672
Complemento (Reversão) provisão para contingência	387.576	387.576	385.076	385.076
Energia, comunicação e outros	612.172	612.172	856.711	856.711
Consultores, advogados e auditores	876.124	693.061	975.314	975.314
Publicidade e propaganda	-	215.443	-	243.674
Despesas de serviço compartilhado	(4.185.695)	-	-	-
Despesas com passagens e estádias	105.951	65.565	169.393	169.393
Outros gastos	237.225	144.680	288.796	288.796
Depreciação e amortização	-	1.135.461	-	2.735.190
	7.903.941	**9.254.845**	**16.307.644**	**19.286.508**

Seção B - Riscos

2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, a Companhia e suas controladas testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 29.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia e suas controladas também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas

diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo é determinado.

O Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos quanto a sua possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

A Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, dispõe sobre registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. De acordo com a Instrução, o registro contábil do ativo fiscal diferido, pelas Companhias abertas, decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, bem como a manutenção desse registro, deverão atender, cumulativamente, as seguintes condições:

(i) apresentar histórico de rentabilidade;
(ii) apresentar expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos; e

(iii) os lucros futuros referidos no inciso anterior deverão ser trazidos a valor presente com base no prazo total estimado para sua realização

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.

(d) Reconhecimento de receita

A Companhia aufere, principalmente, receitas de licenciamento de software, compreendendo taxa de licenciamento, receita de serviços de manutenção e de suporte ao produto, serviços de customização, consultoria e assessoria permanente.

As receitas relativas à licença de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

As receitas de serviços de customização e consultoria são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, conforme contratos de prestação de serviços. Os casos em que o serviço foi prestado, porém ainda não faturado, são registrados como serviços em andamento na rubrica “contas a receber” no ativo circulante.

As receitas de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços (“ISS”) às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de informática, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente, bem como o

INSS Patronal à aliquota de 2,00% até o mês de novembro do exercício de 2015 e 4,5% apartir do mês de dezembro do mesmo exercício.

Conforme art. 8º da Lei nº 10.637, de 2002, e do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003, estão excluídas do regime de não-cumulatividade as receitas provenientes das atividades de desenvolvimento de software e o seu licenciamento ou cessão de direito de uso, bem como de análise, programação, instalação, configuração, assessoria, consultoria, suporte técnico e manutenção ou atualização de software, compreendidas ainda como softwares as páginas eletrônicas, auferidas por empresas de serviços de informática. A exclusão da não-cumulatividade não alcança a comercialização, licenciamento ou cessão de direito de uso de software importado.

(e) Benefícios de planos de pensão

As empresas do Grupo oferecem aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento. As empresas não possuem qualquer responsabilidade sobre o fundo ou sobre sua Administração.

2.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos deteriorado e as perdas por Impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de Impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por Impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por Impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o Impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por Impairment diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o Impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que

proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um exercício de cinco anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2015, além do exercício de cinco anos variaram de 1% a 5% para um exercício de doze meses. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto de 16,69% a.a., para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas nas estimativas do valor em uso são como segue:

- Receitas – as receitas foram projetadas entre 2016 e 2021 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes Unidades Geradoras de Caixa.

- Custos e despesas operacionais – os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas e ganho de eficiência.

- Investimentos de capital – os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a atual infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia e do crescimento projetado.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

O Grupo possui uma diretoria financeira responsável pela gestão de riscos, contando com a supervisão do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutário, e é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle, os quais estabelecem limites de exposição cambial e juros, e definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras. As posições de todos os instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos, são apresentadas e avaliadas mensalmente pela diretoria financeria e submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Companhia.

(a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

(b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de manutenção e serviços prestados a seus clientes e das vendas de licenças.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de serviços e venda de licenças. Não há concentração de transações com clientes e historicamente o nível de inadimplência é muito baixa.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

(c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

(d) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos de caráter especulativo.

(e) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras, à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para empréstimos e financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e às variações do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para correção de contratos com clientes e fornecedores e de obrigações por aquisição de investimentos.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às aplicações financeiras decorrem de variações nas taxas de rentabilidade dos ativos, como aplicações em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando a 100% a 105% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Por outro lado, os financiamentos referem-se a operações efetuadas dentro do programa para o desenvolvimento da indústria de software e serviços de tecnologia da informação (PROSOFT), para os quais o BNDES considera as condições de cada Companhia, na obtenção do empréstimo. Nessas condições, o valor registrado é o mais próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data-base no 31 de dezembro de 2015, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 13,37% para o ano de 2016 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%. Foi atribuído às aplicações financeiras um rendimento médio de 102,5%, uma vez que nossas aplicações estão atreladas ao rendimento entre 100% a 105% do CDI.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2015, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	31.12.2015 Consolidado	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Aplicações financeiras	43.064.121	CDI	13,37%	10,03%	6,68%
Média Juros equivalentes CDB(100% e 105%)		102,5% CDI	13,70%	10,28%	6,85%
Receita financeira			5.900.290	4.425.218	2.950.145

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2015, foi definido o cenário provável para o ano de 2016 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2015. A data-base utilizada para os financiamentos foi de 31 de dezembro de 2015 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	31.12.2015 Consolidado	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
BNDES - nº 11201401016	3.087.510	TJLP+1%	262.438	328.048	393.658
Taxa de variação			8,50%	10,63%	12,75%
BNDES – nº 14209211 (ii)	11.000.000	TJLP+1%	935.000	1.168.750	1.402.500
Taxa de variação			8,50%	10,63%	12,75%

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos, com cláusulas restritivas normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

3.2 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia considera dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Em 2015, a estratégia do Grupo, que ficou inalterada em relação à de 2014, foi a de manter caixa liquido, ou seja, deter recursos, caixa e equivalente de caixa, superiores ao saldo de sua dívida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2015	2014 (Reapresentado – nota 1.5)
Total dos empréstimos (Nota 15)	13.855.747	3.991.077

Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(47.871.703)	(44.105.406)
Caixa líquido	(34.015.956)	(40.114.329)
Total do patrimônio líquido	66.082.334	59.900.245
Total do capital	**32.066.378**	**19.785.916**

3.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (Impairment), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

Conforme determina o CPC40/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros, a Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercado ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Este item não é aplicável a Companhia em 31 de dezembro de 2015

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não é aplicável a Companhia em 31 de dezembro de 2015.

3.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(a) Instrumento financeiro por categoria

	Consolidado			
	Empréstimos e recebíveis	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
31 de dezembro de 2015				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Contas a receber de clientes	12.138.898	-	-	12.138.898
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-
Caixa e bancos	4.807.582	-	-	4.807.582
Aplicações financeiras	-	43.064.121	-	43.064.121
				-
	16.946.480	43.064.121	-	60.010.601

	Consolidado			
	Empréstimos e recebíveis	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
31 de dezembro de 2015				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e Financiamentos	-	-	13.855.747	13.855.747
Obrigações por aquisição de investimento	-	-	5.977.986	5.977.986
Fornecedores	-	-	928.514	928.514
	-	-	20.762.247	20.762.247

Seção C – Informações por segmento

4 Apresentação de informações por segmentos

As empresas do Grupo possuem como objetivo o fornecimento de produtos e serviços de informática em tecnologia, além de consultoria, visando o atendimento ao mercado financeiro. Muito embora os produtos sejam destinados a diversos segmentos dentro das instituições financeiras, estes não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados do Grupo acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Seção D – Estrutura do Grupo

5 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

	Intellectual Capital Ltda (i)	**Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.**	**Senior Solution Serviços em Informática Ltda.**	**Controlpart Consultoria e Participações Ltda .**	**Total**
Investimentos em 31 de dezembro de 2014	**5.353.616**	**17.069.064**	**1.159.905**	**5.252.929**	**28.835.514**
Aumento de Capital (ii)	-	4.500.000	-	-	4.500.000
Equivalência patrimonial	-	132.806	233.807	831.121	1.197.734
Investimentos em 31 de março de 2015	**5.353.616**	**21.701.870**	**1.393.712**	**6.084.050**	**34.533.248**
Equivalência patrimonial	-	698.008	(685.628)	624.206	636.586

Investimentos em 30 de junho de 2015	**5.353.616**	**22.399.878**	**708.084**	**6.708.256**	**35.169.834**
Aumento de Capital (iii)	-	-	550.000	-	550.000
Equivalência patrimonial	-	630.586	(39.244)	442.131	1.033.473
Distribuição de lucros	-	-	-	(1.761.860)	(1.761.860)
Investimentos em 30 de setembro de 2015	**5.353.616**	**23.030.464**	**1.218.840**	**5.388.527**	**34.991.447**
Impairment *Goodwill*	(1.900.000)	-	-	-	(1.900.000)
Aquisição de investimento	-	2.000.000	-	-	2.000.000
Equivalência patrimonial	-	762.240	(533.101)	142.519	371.658
Distribuição de lucros	-	(41.638)	-	-	(41.638)
Investimentos em 31 de dezembro de 2015	**3.453.616**	**25.751.066**	**685.739**	**5.531.046**	**35.421.467**

(i) Empresa incorporada pela Senior Solution S.A. em 22 de julho de 2008.

(ii) Em reunião de Conselho de Administração realizada em 30 de janeiro de 2015 foi aprovado o aumento de capital social na controlada Senior Consultoria em Informática Ltda.

(iii) Refere-se a integralização do capital social com o adiantamento para futuro aumento de capital realizado em 24 de junho de 2015.

(b) Informações das controladas

					Total de investimento		**Resultado de equivalência patrimonial**	
Investimento direto	**Patrimônio líquido**	**Participação (%)**	**Ágio na aquisição - Goodwill**	**Resultado do período**	**31.12.2015**	**31.12.2014**	**31.12.2015**	**31.12.2014**
Senior Solution Serviços em Informática Ltda.	685.739	100%	-	(1.024.167)	685.739	1.159.905	(1.024.164)	(445.485)
Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.	25.751.066	100%	-	2.223.640	25.751.066	17.069.064	2.223.640	3.279.502
Controlpart Consultoria e Participações Ltda.	2.807.415	100%	2.723.631	2.039.975	5.531.046	5.252.929	2.039.975	3.264.905
Intellectual Capital Ldta.	N/A	N/A	3.453.616	N/A	3.453.616	5.353.616	N/A	N/A
					35.421.467	**28.835.514**	**3.239.451**	**6.098.922**

(c) Investimentos indiretos

Investimento indireto	Patrimônio líquido	Participação indireta (%)	Resultado do período	Total de investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
				31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Aquarius Tecnologia e Informática Ltda	3.601.443	100%	1.373.275	3.601.443	-	1.373.275	-
Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda	210.695	100%	(153.299)	210.695	-	(153.299)	-

6 Combinação de negócios

As combinações de negócios e novas aquisições de investimentos estão alinhadas com a estratégia da Companhia de especialização e consolidação do seu posicionamento em diferentes segmentos, além de trazer novas soluções para os clientes da SENIOR SOLUTION S.A. através da diversificação de portfólio com soluções específicas de nicho.

a) Aquisição da Aquarius Tecnologia e Informática Ltda ("Aquarius Tecnologia")**.**

Em 2 de fevereiro de 2015 a Companhia, através de sua controlada Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. ("Senior Consultoria"), celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças por meio do qual adquiriu a totalidade das quotas da Aquarius Tecnologia e Informática Ltda.

A aquisição da Aquarius Tecnologia representa, além de uma importante expansão e diversificação da base de clientes, a continuidade de uma estratégia bem sucedida de ampliar a oferta de produtos e serviços para os vários segmentos do setor financeiro.

A Aquarius Tecnologia é uma das principais fornecedoras de softwares aplicativos para o segmento de consórcios. O referido segmento é formado por 187 administradoras, com mais de 21 mil grupos ativos e 7 milhões de quotas, segundo dados divulgados pelo Banco Central do Brasil. Com 30 anos de atuação, atende 55 clientes incluindo as principais administradoras de consórcios do país. No período de 12 meses encerrado em 30 de setembro de 2014, a receita líquida da Aquarius Tecnologia alcançou R$ 6,2 milhões.

A transação envolveu o montante de R$6.500.000 composto por (a) parcela à vista de R$ 5.000.000, desembolsada na data da aquisição, e (b) parcelas à prazo totalizando R$ 1.500.000, a serem desembolsadas por meio de 36 pagamentos mensais reajustados anualmente pela variação do IPCA.

O valor da transação poderá ser acrescido de uma parcela adicional de até R$2.500.000, vinculada ao alcance de receita líquida entre R$6.000.000 e R$8.000.000 em 2015 e calculada por interpolação linear nesse intervalo. Na data da aquisição e no término do exercício, com base na estimativa realizada pela Administração, o montante de R$ 718.115 foi considerado provável e, portanto, foi incluído como parte do preço de aquisição. A obrigação está divulgada como contraprestação contingente.

O balanço patrimonial na data da aquisição, ou seja, em 02 de fevereiro de 2015, apresentava os seguintes saldos:

AQUARIUS TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL EM 02 DE FEVEREIRO DE 2015
(em reais)

	02.02.2015		**02.02.2015**
ATIVO		PASSIVO	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	302.695	Fornecedores e prestadores de serviços	25.537
Contas a receber	532.443	Adiantamento de cliente	5.418
Despesas antecipadas	13.821	Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas	511.328
Impostos e contribuições a recuperar	27.527	Distribuição de lucros a pagar	220.591
Adiantamento e outros créditos a receber	20.873	Obrigações tributárias	82.260
		Provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos	38.587
Total do ativo circulante	**897.359**		
		Total do passivo circulante	**883.721**
Não circulante		Patrimônio líquido	
Imobilizado	22.565	Capital social	1.200.625
Intangível	1.191.965	Reserva de capital	27.543
Total do ativo não circulante	**1.214.530**	**Total do patrimônio líquido**	**1.228.168**
Total do ATIVO	**2.111.889**	**Total do PASSIVO**	**2.111.889**

b) Aquisição da Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda ("Pleno Tecnologia").

Em 23 de novembro de 2015 a Companhia, através de sua controlada Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. ("Senior Consultoria"), celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças por meio do qual adquiriu a totalidade das quotas da Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda ("Pleno Tecnologia"), desenvolvedora de softwares aplicativos para o segmento de consórcios.

O valor inicial da transação é de R$ 2.200.000,00 desembolsado à vista na data da aquisição, e será acrescido de uma parcela adicional de até R$ 700.000,00, vinculada ao alcance de receita líquida entre R$ 2.000.000,00 e R$ 2.500.000,00 em 2015, que foi considerada provável na data de aquisição, com base em estimativa realizada pela administração, e portanto, foi incluída como parte do preço de aquisição em 31 de dezembro de 2015. No exercício de 2015 a Pleno obteve receita líquida de R$ 2.701.260,26.

O balanço patrimonial na data de aquisição, ou seja, em 23 de novembro de 2015, apresentava os seguintes saldos:

PLENO TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL EM 23 DE NOVEMBRO DE 2015
(em reais)

	23.11.2015		**23.11.2015**
Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Disponibilidades	110.704	Fornecedores e prestadores de serviços	34.725
Contas a receber	295.463	Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas	281.142

	23.11.2015		**23.11.2015**
Impostos a recuperar	14.832	Obrigações tributárias	32.265
Outros créditos a receber	40.515	Dividendos a pagar	113.173
		Outras contas a pagar cp	209
Total do ativo circulante	461.514		
		Total do passivo circulante	461.514
Não circulante			
		Patrimônio líquido	
Realizável a longo prazo	-		
		Capital social	250.000
Imobilizado	41.638	Reserva Legal	181.712
Intangível	819	Reserva de Capital	27.632
		Prejuízos acumulados	(416.887)
Total do ativo não circulante	42.457	Total do patrimônio líquido	42.457
Total do ativo	**503.971**	**Total do passivo**	**503.971**

6.1 ATIVOS IDENTIFICÁVEIS ADQUIRIDOS E GOODWILL

a) Aquisição da Aquarius Tecnologia e Informática Ltda ("Aquarius Tecnologia")**.**

O valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis presentes nas demonstrações contábeis da adquirida foram registrados na data da aquisição.

Os ativos intangíveis não reconhecidos nas demonstrações financeiras da adquirida foram registrados como ágio na data da transação. A alocação preliminar do preço de compra destes intangíveis foi registrada em 30 de junho de 2015, enquanto os ajustes finais desta alocação foram efetuados em 30 de setembro de 2015. O método utilizado para a avaliação dos intangíveis foi baseado no fluxo de caixa descontado.

O valor justo dos ativos e passivos adquiridos na data da aquisição é o seguinte:

	Valor dos livros da Adquirida	**Ajuste de avaliação**	**Valor justo na Adquirida**
Os ativos e passivos decorrentes da aquisição são:			
Caixa e equivalentes de caixa	302.695		302.695
Clientes	532.443		532.443
Outros ativos	62.221		62.221
Ativo não circulante	1.214.530		1.214.530
Carteira de clientes		2.017.624	2.017.624
Marca		541.476	541.476
Software		627.800	627.800
Passivo circulante	(883.721)		(883.721)
Goodwill		2.803.047	2.803.047
Preço da transação			**7.218.115**
Provisão a pagar			718.115
Pagamento em dinheiro			6.500.000
Caixa e equivalentes de caixa na controlada adquirida			302.695
Saída de caixa na aquisição			**6.197.305**

O laudo de avaliação dos ativos e passivos a valor justo, base para a determinação da alocação do preço

das aquisições acima, foi elaborado em 21 de julho de 2015 por especialistas independentes.

b) Aquisição da Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda ("Pleno Tecnologia")**.**

Os ativos intangíveis da adquirida não reconhecidos nas demonstrações financeiras foram registrados como ágio na data da transação, tendo em vista que a Companhia está elaborando análise do valor justo dos ativos e passivos, não sendo praticável no momento do encerramento dessas Demonstrações Financeiras, realizar a alocação, ainda que preliminar, do preço de compra. Adicionalmente, os referidos estudos indicam: (i) geração de caixa suficiente para recuperar os investimentos efetuados e (ii) as alocações de preço de compra provavelmente serão realizadas nos ativos intangíveis de software e carteira de clientes.

Seção E – Notas explicativas relevantes selecionadas

7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**	**31.12.2015**	**31.12.2014**
Caixa		61	1.493	798
Bancos	672.495	616.416	4.806.089	1.481.305
Aplicações financeiras (i)	39.383.662	38.211.312	43.064.121	42.623.303
	40.056.157	**38.827.789**	**47.871.703**	**44.105.406**

(i) A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Portanto, referem-se a aplicações em fundos de investimento em renda fixa, Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando de 100% a 103,5% do CDI e liquidez imediata, ou seja, sem carência para resgates.

8 CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**	**31.12.2015**	**31.12.2014**
Valores faturados	1.057.957	1.461.098	4.491.174	4.633.086
Serviços a faturar (i)	3.831.562	3.165.581	7.864.832	6.047.841
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (ii)	(75.723)	(99.987)	(217.108)	(124.737)
	4.813.796	**4.526.692**	**12.138.898**	**10.556.190**

(i) O valor de Serviços a faturar refere-se a receita decorrente de serviços efetivamente prestado aos clientes, mas que até a data base das demonstrações financeiras não havia sido faturado.

(ii) Apresentamos abaixo a movimentação da provisão para perdas em créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**(99.987)**	**(124.737)**
Adições		(16.948)
Adições por aquisição de empresa		(25.593)
Reversões	24.264	24.264
Saldo em 31 de março de 2015	**(75.723)**	**(143.014)**
Adições		(1.734)
Reversões		6.403
Saldo em 30 de junho de 2015	**(75.723)**	**(138.345)**
Adições		
Reversões		
Saldo em 30 de setembro de 2015	**(75.723)**	**(138.345)**
Adições por aquisição de empresa		(78.763)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**(75.723)**	**(217.108)**

A seguir apresentamos os montantes a receber líquidos, por idade de vencimento (*aging list*):

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**	**31.12.2015**	**31.12.2014**
Serviços a faturar	3.831.562	3.165.581	7.864.832	6.047.841
A vencer	873.011	849.221	3.890.413	3.566.528
Contas vencidas – de 1 a 90 dias	83.414	386.682	353.934	816.613
Contas vencidas – de 91 a 180 dias			3.910	
Contas vencidas – de 181 a 270 dias				
Contas vencidas – de 271 a 360 dias	25.809		25.809	
Contas vencidas –mais de 360 dias		125.208		125.208
	4.813.796	**4.526.692**	**12.138.898**	**10.556.190**

9 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**	**31.12.2015**	**31.12.2014**
IRRF e IRPJ/CSLL a compensar (i)	2.054.498	779.840	3.986.500	2.248.585
PIS, COFINS e CS retidos na fonte (ii)	51.868	111.223	66.665	127.578
IR sobre aplicações financeiras	-	-	1.238	-
	2.106.366	**891.063**	**4.054.403**	**2.376.163**

(i) Refere-se ao imposto de renda retido na fonte e imposto de renda e contribuição social sobre o lucro antecipado durante o exercício.

(ii) Refere-se ao PIS, COFINS e contribuição social retidos na fonte no recebimento dos valores de notas fiscais emitidas por serviços prestados ou licenças de *software* contratadas.

10 DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas são compostas basicamente por pagamentos antecipados de IPTU e pagamentos a outros fornecedores.

11 ADIANTAMENTO E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**	**31.12.2015**	**31.12.2014**
Adiantamento de salário	-	8.713	-	8.713
Adiantamento de férias	26.068	21.451	83.469	46.023
Adiantamento a fornecedores	8.245	13.065	87.411	15.472
	34.313	**43.229**	**170.880**	**70.208**

12 INFORMAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS

a) PARTES RELACIONADAS COM EMPRESAS DO GRUPO

Abaixo são apresentadas as informações da Controladora Senior Solution S.A. e suas controladas:

	% participação societária			
Razão Social	**31.12.2015**	**30.09.2015**	**30.06.2015**	**31.03.2015**
Senior Solution Serviços em Informática Ltda.	100%	100%	100%	100%
Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.	100%	100%	100%	100%
Controlpart Consultoria e Participações Ltda.	100%	100%	100%	100%
Aquarius Tecnologia e Informática Ltda. (i)	100%	100%	100%	100%
Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda (i)	100%	N/A	N/A	N/A

(i) O percentual apresentado refere-se à participação indireta da Companhia através de sua investida direta Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. ("Senior Consultoria"). A Senior Consultoria é a sociedade controladora da Aquarius Tecnologia e Informática Ltda. e da Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda, com participação de 100% sobre o capital social da investida em 31 de dezembro de 2015.

A tabela a seguir apresenta as informações referentes a saldos em aberto em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 entre a Controladora, suas controladas e administradores da Companhia:

						Controladora
	Valores devidos por partes relacionadas (Ativo)	**Valores devidos a partes relacionadas (Passivo)**	**Valores partes relacionadas (Resultado)**	**Valores devidos por partes relacionadas (Ativo)**	**Valores devidos a partes relacionadas (Passivo)**	**Valores partes relacionadas (Resultado)**
Partes relacionadas	**31.12.2015**			**31.12.2014**		
Senior Solution Serviços em Informática Ltda.	2.011.830		(1.855.277)	1.840.161	-	(1.326.220)
Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.	908.127		(2.976.745)		324.552	(2.859.475)
Controlpart Consultoria e Participações Ltda.						
Aquarius Tecnologia e Informática Ltda	213.118		(382.733)			
Não Circulante (i)	**3.133.075**			**1.840.161**	**324.552**	
Resultado			**(5.214.755)**			**(4.185.695)**

(i) As transações entre as empresas do Grupo referem-se a compartilhamento de gastos, principalmente administrativos, e são executadas com base em contratos firmados. Não há quaisquer transações de compra e venda de produtos ou serviços entre as empresas. As transações são liquidadas financeiramente com prazo médio de 380 dias.

b) REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (pró-labore), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, e outros), previdência privada e remunerações variáveis como participação nos lucros e bônus, dependendo da modalidade de contratação de cada um.
Os desembolsos com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e suas controladas, são resumidos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**	**31.12.2015**	**31.12.2014**
Salários, honorários e encargos sociais	2.753.572	2.419.440	5.137.320	3.876.859
Benefícios	292.714	250.325	584.058	451.770
Bônus variáveis	987.645	405.516	1.449.447	555.259
	4.033.931	**3.075.281**	**7.170.825**	**4.883.888**

13 IMOBILIZADO

a) Abertura do imobilizado

				Controladora	
				31.12.2015	**31.12.2014**
	Vida útil (anos)	**Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Instalações	9 – 12	265.968	(212.635)	53.333	51.287
Aparelhos e materiais elétricos	9 – 12	252.574	(147.340)	105.234	116.979
Móveis e utensílios	9 – 12	538.153	(392.843)	145.310	178.863
Computadores e periféricos	4 – 5	1.007.453	(806.311)	201.142	165.464
		2.064.148	**(1.559.129)**	**505.019**	**512.593**

				Consolidado	
				31.12.2015	**31.12.2014**
	Vida útil (anos)	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Instalações	9 - 12	421.362	(335.062)	86.300	56.264
Aparelhos e materiais elétricos	9 - 12	275.678	(156.678)	119.000	127.992
Móveis e utensílios	9 - 12	1.102.639	(841.255)	261.384	331.232
Computadores e periféricos	4 - 5	2.781.465	(2.485.689)	295.776	365.333
		4.581.144	**(3.818.684)**	**762.460**	**880.821**

b) Movimentação do imobilizado – Controladora

	Instalações e benfeitorias	Aparelhos e materiais elétricos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**253.601**	**238.227**	**538.153**	**952.917**	**1.982.898**
Adições	12.367	2.935		66.536	81.838
Saldos em 31 de março de 2015	**265.968**	**241.162**	**538.153**	**1.019.453**	**2.064.736**
Adições	-	5.432	-	-	5.432
Saldos em 30 de junho de 2015	**265.968**	**246.594**	**538.153**	**1.019.453**	**2.070.168**
Adições	-	-	-	21.540	21.540
Saldos em 30 de setembro de 2015	**265.968**	**246.594**	**538.153**	**1.040.993**	**2.091.708**
Adições	-	5.980		7.308	13.288
Baixas	-	-	-	(40.848)	(40.848)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**265.968**	**252.574**	**538.153**	**1.007.453**	**2.064.148**
Depreciação					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**(202.314)**	**(121.248)**	**(359.290)**	**(787.453)**	**(1.470.305)**
Adições	(3.414)	(7.211)	(11.301)	(12.541)	(34.467)
Baixas	883	4.011	11.963	3.324	20.181
Saldos em 31 de março de 2015	**(204.845)**	**(124.448)**	**(358.628)**	**(796.670)**	**(1.484.591)**
Adições	(2.659)	(7.493)	(11.323)	(16.079)	(37.554)
Saldos em 30 de junho de 2015	**(207.504)**	**(131.941)**	**(369.951)**	**(812.749)**	**(1.522.145)**
Adições	(2.593)	(7.654)	(11.446)	(17.036)	(38.729)
Saldos em 30 de setembro de 2015	**(210.097)**	**(139.595)**	**(381.397)**	**(829.785)**	**(1.560.874)**
Adições	(2.538)	(7.745)	(11.446)	(17.374)	(39.103)
Baixas				40.848	40.848
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**(212.635)**	**(147.340)**	**(392.843)**	**(806.311)**	**(1.559.129)**
Saldo líquido 31 de dezembro de 2015	**53.333**	**105.234**	**145.310**	**201.142**	**505.019**

c) Movimentação do imobilizado – Consolidado

	Instalações e benfeitorias	Aparelhos e materiais elétricos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**378.700**	**257.049**	**1.061.965**	**2.630.492**	**4.328.206**
Adições	19.164	2.934		66.536	88.634
Adição por aquisição de empresa (i)			32.163	53.836	85.999
Saldos em 31 de março de 2015	**397.864**	**259.983**	**1.094.128**	**2.750.864**	**4.502.839**
Adições	**-**	5.432	36	**-**	5.468
Saldos em 30 de junho de 2015	**397.864**	**265.415**	**1.094.164**	**2.750.864**	**4.508.307**
Adições	13.128	1.301	-	21.532	35.961
Baixas	-	-	(8.251)	2.699	(5.552)
Saldos em 30 de setembro de 2015	**410.992**	**266.716**	**1.085.913**	**2.775.095**	**4.538.716**
Adições	10.370	8.962	2.780	7.308	29.420
Adição por aquisição de empresa (i)	-	-	13.946	39.911	53.857

	Instalações e benfeitorias	Aparelhos e materiais elétricos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
Baixas	-	-	-	(40.849)	(40.849)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**421.362**	**275.678**	**1.102.639**	**2.781.465**	**4.581.144**
Depreciação					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**(322.436)**	**(129.057)**	**(730.733)**	**(2.265.159)**	**(3.447.385)**
Adições	(3.970)	(7.701)	(31.848)	(64.931)	(108.450)
Adição por aquisição de empresa (i)	**-**	**-**	(31.070)	(32.364)	(63.434)
Baixas	1.046	4.522	11.963	3.324	20.855
Saldos em 31 de março de 2015	**(325.360)**	**(132.236)**	**(781.688)**	**(2.359.130)**	**(3.598.414)**
Adições	(3.320)	(7.971)	(24.576)	(49.047)	(84.914)
Saldos em 30 de junho de 2015	**(328.680)**	**(140.207)**	**(806.264)**	**(2.408.177)**	**(3.683.328)**
Adições	(3.263)	(8.159)	(32.234)	(54.637)	(98.293)
Baixas			19.450		19.450
Saldos em 30 de setembro de 2015	**(331.943)**	**(148.366)**	**(819.048)**	**(2.462.814)**	**(3.762.171)**
Adições	(3.119)	(8.312)	(21.074)	(52.755)	(85.260)
Adição por aquisição de empresa (i)	-	-	(1.133)	(10.969)	(12.102)
Baixas	-	-	-	40.849	40.849
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**(335.062)**	**(156.678)**	**(841.255)**	**(2.485.689)**	**(3.818.684)**
Saldo líquido 31 de dezembro de 2015	**86.300**	**119.000**	**261.384**	**295.776**	**762.460**

(i) O valor da adição registrada como *goodwill* é decorrente da aquisição da empresa Aquarius Tecnologia, conforme apresentado na nota explicativa 3.1.

14 INTANGÍVEL

a) Abertura do intangível

				Controladora	
				31.12.2015	31.12.2014
	Vida útil (anos)	Custo	Amortização acumulada e *impairment*	Líquido	Líquido
Direito de uso de softwares	5	232.271	(157.203)	75.068	88.773
Marcas e patentes	-	613.232	-	613.232	613.232
		845.503	**(157.203)**	**688.300**	**702.005**

				Consolidado	
				31.12.2015	31.12.2014
	Vida útil (anos)	Custo	Amortização acumulada e impairment	Líquido	Líquido
Ágio na aquisição de controladas – *Goodwill*	-	16.037.345	(3.981.745)	12.055.600	8.295.011
Softwares próprios	5	4.909.866	(1.608.641)	3.301.225	2.457.600
Direito de uso de softwares	5	1.320.313	(1.125.994)	194.319	269.259
Valor da carteira de clientes	10	8.610.073	(1.485.937)	7.124.136	5.933.203
Acordo de não competição	5	239.199	(96.875)	142.324	191.359
Marcas e patentes	-	5.452.407	(242.955)	5.209.452	4.910.931
		36.569.203	**(8.542.147)**	**28.027.056**	**22.057.363**

b) **Movimentação do intangível – Controladora**

	Direito de uso de softwares	Marcas e patentes	Total
Custo			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**197.083**	**613.232**	**810.315**
Adições			
Saldos em 31 de março de 2015	**197.083**	**613.232**	**810.315**
Adições			
Saldos em 30 de junho de 2015	**197.083**	**613.232**	**810.315**
Adições	9.465		9.465
Saldos em 30 de setembro de 2015	**206.548**	**613.232**	**819.780**
Adições	25.723		25.723
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**232.271**	**613.232**	**845.503**
Amortização			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**(108.311)**	**-**	**(108.311)**
Adições	(13.389)	-	(13.389)
Baixas	1.808	-	1.808
Saldos em 31 de março de 2015	**(119.892)**	**-**	**(119.892)**
Adições	(13.537)	-	(13.537)
Saldos em 30 de junho de 2015	**(133.429)**	**-**	**(133.429)**
Adições	(13.460)	-	(13.460)
Saldos em 30 de setembro de 2015	**(146.889)**	**-**	**(146.889)**
Adições	(10.314)	-	(10.314)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**(157.203)**	**-**	**(157.203)**
Saldo líquido 31 de dezembro de 2015	**75.068**	**613.232**	**688.300**

c) Movimentação do intangível – Consolidado

	Goodwill na aquisição de controladas	Softwares próprios	Direito de uso de softwares	Valor da carteira de clientes	Acordo de não competição	Marcas e patentes	Total
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**10.376.756**	**3.072.000**	**533.829**	**6.592.448**	**239.199**	**4.910.931**	**25.725.163**
Adições (i)	5.271.832						5.271.832
Adição por aquisição de empresa (ii)			1.952.194				1.952.194
Saldos em 31 de março de 2015	**15.648.588**	**3.072.000**	**2.486.023**	**6.592.448**	**239.199**	**4.910.931**	**32.949.189**
Adições (i)	718.115						718.115
Transferências (iii)	(3.351.144)	1.819.016	(1.210.066)	2.217.932		524.262	-
Saldos em 30 de junho de 2015	**13.015.559**	**4.891.016**	**1.275.957**	**8.810.380**	**239.199**	**5.435.193**	**33.667.304**
Adições (i)			17.814				17.814
Transferências (iv)	(116.908)	40.451		73.829		2.628	-
Saldos em 30 de setembro de 2015	**12.898.651**	**4.931.467**	**1.293.771**	**8.884.209**	**239.199**	**5.437.821**	**33.685.118**
Adições (i)	2.857.543	-	25.722	-	-	-	2.883.265
Adição por aquisição de empresa (ii)		-	820	-	-	-	820
Transferências (iv)	281.151	(21.601)	-	(274.136)	-	14.586	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**16.037.345**	**4.909.866**	**1.320.313**	**8.610.073**	**239.199**	**5.452.407**	**36.569.203**
Amortização							
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**(2.081.745)**	**(614.400)**	**(264.570)**	**(659.245)**	**(47.840)**	**-**	**(3.667.800)**
Adições	-	(153.600)	(72.791)	(172.136)	(11.960)	-	(410.487)
Adição por aquisição de empresa (ii)	-	-	(760.229)	-	-	-	(760.229)
Baixas	-	(6.828)	2.254	-	(531)	-	(5.105)
Saldos em 31 de março de 2015	**(2.081.745)**	**(774.828)**	**(1.095.336)**	**(831.381)**	**(60.331)**	**-**	**(4.843.621)**
Adições		(155.306)	(53.708)	(166.642)	(12.093)	-	(387.749)
Transferências		(102.906)	102.906			-	-
Saldos em 30 de junho de 2015	**(2.081.745)**	**(1.033.040)**	**(1.046.138)**	**(998.023)**	**(72.424)**		**(5.231.370)**
Adições		(342.371)	(31.150)	(277.606)	(12.226)	(175.630)	(838.983)
Saldos em 30 de setembro de 2015	**(2.081.745)**	**(1.375.411)**	**(1.077.288)**	**(1.275.629)**	**(84.650)**	**(175.630)**	**(6.070.353)**
Adições	-	(233.230)	(48.706)	(210.308)	(12.225)	(67.325)	(571.794)
Impairment (v)	(1.900.000)	-	-	-	-	-	(1.900.000)

	Goodwill na aquisição de controladas	Softwares próprios	Direito de uso de softwares	Valor da carteira de clientes	Acordo de não competição	Marcas e patentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**(3.981.745)**	**(1.608.641)**	**(1.125.994)**	**(1.485.937)**	**(96.875)**	**(242.955)**	**(8.542.147)**
Saldo líquido 31 de dezembro de 2015	**12.055.600**	**3.301.225**	**194.319**	**7.124.136**	**142.324**	**5.209.452**	**28.027.056**

(i) O valor da adição registrada como goodwill é decorrente da aquisição da empresa Aquarius Tecnologia, durante o primeiro trimestre e da Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda. durante o quarto trimestre, conforme apresentado na nota explicativa 3.1.

(i) Refere-se aos itens do ativo imobilizado da empresa Aquarius Tecnologia, adquirida em 02 de fevereiro de 2015. Vide nota 3.1.

(ii) O valor apresentado refere-se a alocação do preço de compra e reclassificação de intangíveis de Direito de Uso de Software para Softwares Próprios da empresa Aquarius Tecnologia.

(iii) O valor apresentado refere-se a alocação do preço de compra da empresa Aquarius Tecnologia, conforme nota explicativa 3.1.

(iv) O teste de recuperação dos ativos da Companhia (*Impairment*), que é realizado anualmente, resultou nesta provisão para o ágio proveniente da aquisição da Intellectual (Intellectual Capital Ltda.), empresa incorporada pela Senior Solution S.A. em 2008, visto que o valor estimado de mercado foi inferior ao valor líquido contábil na data da avaliação. Mais informações na nota 2.2.

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos empréstimos é a seguinte:

			Controladora e Consolidado	
	Encargos	**Vencimento**	**31.12.2015**	**31.12.2014**
BNDES – nº 11201401016 (i)	TJLP + 1% a.a.	15/08/2018	3.087.510	4.512.509
BNDES – nº 14209211 (ii)	TJLP + 1,1% a.a.	15/12/2020	11.000.000	
Ajuste a valor presente			(231.763)	(521.432)
Total			**13.855.747**	**3.991.077**
(–) Circulante			**(1.258.343)**	**(1.135.344)**
Não circulante			**12.597.404**	**2.855.733**

(i) Este contrato possui como garantia o aval dos intervenientes controladores da Companhia.

(ii) Este contrato possui como garantia carta fiança emitida no mesmo valor por instituição financeira atendendo aos critérios e exigências do BNDES.

Os montantes a longo prazo dos empréstimos e financiamentos seguem o seguinte fluxo de amortização, por trimestre de vencimento:

Trimestre	**Controladora e Consolidado**	**Trimestre**	**Controladora e Consolidado**
1º trimestre 2017	1.027.913	1º trimestre 2019	687.500
2º trimestre 2017	1.027.913	2º trimestre 2019	687.500
3º trimestre 2017	1.027.913	3º trimestre 2019	687.500
4º trimestre 2017	1.027.913	4º trimestre 2019	687.500
1º trimestre 2018	746.438	1º trimestre 2020	687.500
2º trimestre 2018	746.438	2º trimestre 2020	687.500
3º trimestre 2018	746.438	3º trimestre 2020	687.500
4º trimestre 2018	746.438	4º trimestre 2020	687.500
		Não circulante	**12.597.404**

COVENANTS

O contrato de financiamento BNDES – nº 11201401016 possui cláusulas restritivas normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de dezembro de 2015 a companhia cumpriu as cláusulas restritivas.

O contrato de financiamento BNDES – nº 14209211 não possui cláusulas restritivas relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa, dentre outros.

16 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

O montante registrado em adiantamento de clientes refere-se a notas fiscais emitidas e valores recebidos de clientes, cujos serviços não foram prestados até o encerramento do exercício. À medida que os serviços são entregues, a Companhia reconhece esses valores como receita no resultado.

17 SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PROVISÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**	**31.12.2015**	**31.12.2014**
Salários e honorários a pagar			73.184	
INSS/FGTS a recolher	487.593	314.581	1.200.213	756.880
IRRF sobre salários	289.785	303.460	649.051	555.863
Provisão para férias	1.142.848	1.294.868	2.978.027	2.430.587
Bônus, comissão e participação nos resultados (i)	1.470.121	2.646.302	1.714.282	3.117.020
Outros	5.249	6.218	12.280	13.119
	3.395.596	**4.565.429**	**6.627.037**	**6.873.469**

(i) A provisão para bônus e participação de resultados é registrada mensalmente, e depende do atingimento das metas corporativas e individuais dos colaboradores. O pagamento desses proventos ocorre sempre no mês de abril do exercício subsequente ao de apuração dos resultados.

18 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**	**31.12.2015**	**31.12.2014**
IR e CS a recolher	124.084	3.431	351.686	124.827
ISS a recolher	209.881	141.942	595.011	512.124
PIS/COFINS a recolher	129.768	32.477	295.169	134.662
Outros impostos a pagar	807	1.728	1.976	1.834
	464.540	**179.578**	**1.243.842**	**773.447**

19 OBRIGAÇÕES POR AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO

Referem-se a obrigações de parcelas a pagar por aquisição dos investimentos efetuados pela Companhia e suas controladas, negociadas com pagamento parcelado. Estão registradas no passivo circulante e não circulante, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**	**31.12.2015**	**31.12.2014**
Aquisição Controlpart Consultoria e Participações Ltda.	366.117	366.117	366.117	366.117
Aquisição Drive Consultoria e Informática Ltda.	-	-	1.406.250	1.406.249
Aquisição Aquarius Tecnologia e Informática Ltda	-	-	1.218.115	-
Aquisição Pleno	-	-	700.000	-
Ajuste a valor presente	(24.168)	(30.143)	(191.941)	(187.189)
Passivo circulante	**341.949**	**335.974**	**3.498.541**	**1.585.177**
Aquisição Controlpart Consultoria e Participações Ltda	1.220.387	1.586.501	1.220.387	1.586.501
Aquisição Drive Consultoria e Informática Ltda	-	-	778.125	2.184.377
Aquisição Aquarius Tecnologia e Informática Ltda	-	-	583.333	-
Ajuste a valor presente	(38.077)	(62.245)	(102.400)	(206.961)
Passivo não circulante	**1.182.310**	**1.524.256**	**2.479.445**	**3.563.917**
Obrigações por aquisição de investimento	**1.524.259**	**1.860.230**	**5.977.986**	**5.149.094**

O saldo do passivo não circulante segue o seguinte fluxo de amortização, por trimestre de vencimento:

Trimestre	Controladora	Consolidado
1º trimestre 2017	87.007	372.312
2º trimestre 2017	87.007	372.312
3º trimestre 2017	87.007	372.312
4º trimestre 2017	87.007	372.312
1º trimestre 2018	88.042	127.024
2º trimestre 2018	88.042	127.024
3º trimestre 2018	88.042	127.024
4º trimestre 2018	88.042	126.024
1º trimestre 2019	90.129	90.129
2º trimestre 2019	90.129	90.129
3º trimestre 2019	90.129	90.129
4º trimestre 2019	90.129	90.129
1º trimestre 2020	91.193	91.193
2º trimestre 2020	30.405	31.392
Não circulante	**1.182.310**	**2.479.445**

20 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade da constituição de provisão para contingências, no qual julga suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho destes.

O quadro a seguir apresenta a posição das provisões para perdas prováveis e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, e estas referem-se a processos judiciais trabalhistas em andamento e risco previdenciário.

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2015		31.12.2014		31.12.2015		31.12.2014	
	Provisão (Passivo)	Depósitos judiciais (Ativo)	Provisão (Passivo)	Depósitos judiciais (Ativo)	Provisão (Passivo)	Depósitos judiciais (Ativo)	Provisão (Passivo)	Depósitos judicais (Ativo)
Trabalhistas e previdenciários	1.466.496	120.872	1.278.117	71.903	2.244.038	182.129	1.889.200	84.483

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão para contigência:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**1.278.117**	**1.889.200**
Adições	43.153	43.153
Baixas	-	(3.250)
Saldo em 31 de março de 2015	**1.321.270**	**1.929.103**

Adições	56.631	142.853
Reversões	(68.868)	(68.868)
Saldo em 30 de junho de 2015	**1.309.033**	**2.003.088**
Adições	43.785	67.000
Reversões	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2015	**1.352.818**	**2.070.088**
Adições	113.678	173.950
Reversões	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**1.466.496**	**2.244.038**

A Companhia e suas controladas também são parte de ações trabalhistas e tributárias cujo risco de perda, de acordo com seus consultores legais e a Administração da Companhia, é classificada como possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. O montante referente ao valor da causa atualizado, relativo a essas ações, corresponde a R$2.799.984 em 31 de dezembro de 2015.

a) Trabalhista

De uma maneira geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicional de insalubridade e/ou periculosidade, equiparação salarial, férias, dano moral decorrente de ações acidentárias, doença profissional, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, entre outros.

b) Previdenciário

A Companhia revisa tempestivamente o risco de autuação previdenciária decorrente da contratação de prestadores de serviços e gerencia esses contratos de forma a mitigar sua exposição a questionamentos e multas em caso de fiscalização dos órgãos competentes.

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é de R$ 50.560.594, e o capital está representado por 11.787.203 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Os titulares das ações ordinárias tem direito a um voto por ação nas assembleias de acionistas da Companhia.

O quadro abaixo apresenta a quantidade de ações detidas por acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias de emissão da Companhia, além das ações em tesouraria.

	31.12.2015	
Acionistas	**Quantidade de ações**	**%**
HIX Capital	1.582.164	13,42%
BNDES Participações S.A	1.347.960	11,44%
Bernardo Francisco Pereira Gomes	1.329.065	11,28%
Antonio Luciano de Camargo Filho	1.319.217	11,19%
Una Capital Ltda.	920.130	7,81%
FIA Focus Eac	624.000	5,29%
Tesouraria	520.600	4,42%
Outros acionistas	4.144.067	35,16%
Total	**11.787.203**	**100%**

21.2 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em reunião realizada em 25 de março de 2015 o Conselho de Administração, em cumprimento à atribuição estabelecida no Art. 30 Parágrafo 1º e 2º do Estatuto Social da Companhia, que determina a destinação para pagamento de um dividendo mínimo obrigatório de 25%, aprovou, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2015, a destinação dos resultados de 2014, contemplando a distribuição de lucros no montante de R$3.078.829, sendo R$2.977.453 como juros sobre o capital próprio e R$101.376 como dividendos.

	Controladora 31.12.2014	Consolidado 31.12.2014
Lucro líquido do exercício de 2014	11.082.997	11.082.997
Contituição da reserva legal – 5% (Artigo 193 da Lei nº. 6.404)	(554.150)	(554.150)
Lucro líquido após destinação para a reserva legal	**10.528.847**	**10.528.847**
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	2.632.212	2.632.212
Juros sobre o capital próprio	2.530.835	2.530.835
IRRF sobre juros sobre o capital próprio (i)	446.618	446.618
Dividendos	101.376	101.376
Distribuição de lucros realizada – Controladora	**3.078.829**	**3.078.829**

		31.12.2015
Dividendos distribuídos e a distribuir por controladas (ii)	-	**333.764**
Aquarius Tecnologia e Informática Ltda		220.591
Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda		113.173

(i) A Companhia efetua a distribuição de lucros via Juros Sobre Capital Próprio (JCP) até a dedutibilidade máxima, por conta do benefício fiscal de 34% no pagamento. Assim sendo, o cálculo do JCP considera o acréscimo do imposto ("*gross-up*") equivalente à alíquota de 15% com o objetivo de não onerar seus acionistas pela retenção do imposto de renda.

(ii) Dividendos distribuídos aos antigos sócios da empresa Aquarius e Pleno. Vide nota 3.

Em reunião realizada em 24 de setembro de 2015 o Conselho de Administração aprovou a distribuição antecipada de lucros relativa ao resultado dos seis primeiros meses do ano de 2015, no montante de R$1.310.892.

Tiveram direito ao pagamento os acionistas que constavam da base acionária em 09 de outubro de 2015 e as ações foram negociadas "ex" proventos a partir de 13 de outubro de 2015. O pagamento foi realizado no dia 22 de outubro de 2015, sem qualquer atualização monetária.

Em reunião realizada em 09 de dezembro de 2015 foi aprovada, pelo Conselho de Administração, a distribuição de lucros relativa ao resultado do 2º semestre do exercício de 2015, no montate de R$1.268.564.

Tiveram direito ao pagamento os acionistas que constarem da base acionária em 11 de dezembro de 2015 e as ações foram negociadas "ex" proventos a partir de 14 de dezembro de 2015. O pagamento foi realizado em 23 de dezembro de 2015, sem qualquer atualização monetária.

A apuração do montante de lucro a distribuir foi efetuada conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado 31.12.2015
Lucro líquido em 31 de dezembro de 2015	9.799.730
Contituição da reserva legal – 5% (Artigo 193 da Lei nº. 6.404)	(489.987)
Lucro líquido após destinação para a reserva legal	**9.309.743**
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	2.327.436
Juros sobre o capital próprio	1.114.258
IRRF sobre juros sobre o capital próprio (iii)	196.634
Distribuição de lucros realizada em 22 de outubro de 2015	**1.310.892**
Juros sobre o capital próprio	1.078.279
IRRF sobre juros sobre o capital próprio (iii)	190.285
Distribuição de lucros realizada em 23 de dezembro de 2015	**1.268.564**
Dividendos a distribuir (iv)	113.173
Juros sobre o capital próprio	134.899
IRRF sobre juros sobre o capital próprio (iii)	23.806
Distribuição de lucros complementar	**271.878**

(iii) A Companhia efetua a distribuição de lucros via Juros Sobre Capital Próprio (JCP) até a dedutibilidade máxima, por conta do benefício fiscal de 34% no pagamento. Assim sendo, o cálculo do JCP considera o acréscimo do imposto ("*gross-up*") equivalente à alíquota de 15% com o objetivo de não onerar seus acionistas pela retenção do imposto de renda.

(iv) Dividendos a distribuir aos antigos acionistas da Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda.

21.3 Reservas de lucros

Foi deliberada pela administração e aprovada pelos acionistas da Companhia em Assembléia Geral realizada em 30 de abril de 2015 a destinação da parcela dos lucros não distribuídos para reserva de lucros, para fazer face ao orçamento de capital para expansão do negócio, conforme também aprovado na referida Assembléia.

21.4 Ações em tesouraria

Em reunião realizada no dia 18 de dezembro de 2013 o Conselho de Administração aprovou a abertura do primeiro programa de recompra de ações ordinárias, que compreendia a aquisição de até 320.000 ações ordinárias. Adicionalmente, em 13 de junho de 2014, foi aprovada a abertura do segundo programa de recompra de ações ordinárias (programa) que compreende a aquisição de até 800.000 ações ordinárias. O programa prevê maximizar a geração de valor para os acionistas por meio da aplicação de parte dos recursos financeiros disponíveis para a aquisição de ações ordinárias e

consequente manutenção em tesouraria. O referido programa possuía vigência até 12 de junho de 2015 e já foi encerrado.
Em reunião realizada em 26 de agosto de 2015 o Conselho de Administração aprovou a abertura do terceiro programa de recompra de ações ordinárias, que compreende a aquisição de até 700.000 ações ordinárias, o presente programa tem vigência até 24 de agosto de 2016.
Durante o exercício de 2015 foram adquiridas 88.300 ações (432.300 em 2014) totalizando 520.600 ações (432.300 em 2014).

21.5 Despesas com emissões de ações

Em 26 de abril de 2012 a Companhia obteve o registro de Companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, tendo cumprido todos os requisitos estabelecidos na Instrução CVM nº 480 para registro na Categoria A. Nos termos do disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, e no artigo 53 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), foi requerido pela Companhia e seus acionistas, em 19 de dezembro de 2012, perante a CVM o registro da oferta pública de distribuição primária e secundária.

No dia 08 de março de 2013 a Companhia efetuou sua oferta pública inicial de ações, no segmento de Bovespa Mais, compreendendo: (i) a distribuição pública primária de 3.448.275 ações ordinárias emitidas pela Companhia, e (ii) a distribuição pública secundária de 1.548.420 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas vendedores, realizada exclusivamente no Brasil ao preço de R$11,50 (onze reais e cinquenta centavos) por ação. A liquidação financeira ocorreu no dia 12 de março de 2013. E no dia 10 de abril de 2013, foi comunicado ao mercado o anúncio de encerramento da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia.

As despesas com a listagem e oferta pública de ações foram de R$ 2.957.329. Esses gastos foram reconhecidos contabilmente, líquidos dos efeitos dos tributos, em conta de patrimônio líquido denominada "Despesas com emissão de ações". De acordo com o pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, "os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais devem ser contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos fiscais".

22 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**	**31.12.2015**	**31.12.2014**
Software	17.459.034	17.290.812	20.269.479	19.721.291
Serviços	4.234.466	5.811.575	7.818.911	12.566.727
Consultoria	563.131	437.380	5.314.693	6.417.901
Outsourcing	9.232.415	8.380.044	26.079.879	22.063.584
Drive	2.124	47.520	17.689.727	17.965.786
Aquarius (i)	-	-	6.173.867	-
Pleno (ii)	-	-	165.217	-
Receita bruta de serviços	**31.491.170**	**31.967.331**	**83.511.773**	**78.735.289**
ISS	(1.158.153)	(1.234.412)	(3.368.646)	(3.448.603)
PIS e COFINS	(1.149.428)	(1.166.808)	(3.023.435)	(2.850.994)
INSS patronal	(764.189)	(639.347)	(1.815.862)	(1.424.805)
Impostos sobre venda	**(3.071.770)**	**(3.040.567)**	**(8.207.943)**	**(7.724.402)**

Software	15.914.751	15.820.213	18.454.389	18.023.219
Serviços	3.790.243	5.194.739	7.014.357	11.264.349
Consultoria	501.937	391.055	4.842.490	5.875.658
Outsourcing	8.210.528	7.477.348	23.320.706	19.787.583
Drive	1.941	43.409	15.874.002	16.060.078
Aquarius	-	-	5.645.308	-
Pleno	-	-	152.578	-
Receita operacional líquida	**28.419.400**	**28.926.764**	**75.303.830**	**71.010.887**

(i) Refere-se à receita bruta proveniente de softwares para operação de consórcio desenvolvido pela Aquarius Tecnologia e Informática Ltda. considerada a partir de 02 de fevereiro de 2015 para fins de consolidação, data da aquisição feita pela Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.

(ii) Refere-se à receita bruta proveniente de softwares para operação de consórcio desenvolvido pela Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda. Considerada a partir de 01 de dezembro de 2015 para fins de consolidação.

A média de incidência de impostos sobre as vendas no período foi de 9,8% para o Consolidado, abrangendo o PIS/PASEP (Programa de Integração Social), a COFINS (Contribuição Financeira para a Seguridade Social), o ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) e o INSS patronal (Instituto Nacional do Seguro Social). Entre as unidades de negócio, Software apresentou uma alíquota média de impostos sobre as vendas de 9,0%, Serviços de 10,3%, Outsourcing de 10,6%, Consultoria de 8,9%, Drive de 10,3%, Aquarius 8,6% e Pleno 7,6%.

23 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

a) Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**	**31.12.2015**	**31.12.2014**
Mão de obra	1.342.472	1.448.799	6.582.247	7.396.874
Pessoal, encargos e benefícios	12.447.430	11.475.893	37.946.842	31.249.107
Outros custos	370.583	801.156	729.857	1.128.278
	14.160.485	**13.725.848**	**45.258.946**	**39.774.259**

b) Custos com pesquisa e desenvolvimento

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**	**31.12.2015**	**31.12.2014**
Mão de obra	45.000	197.334	45.000	197.334
Pessoal, encargos e benefícios	2.297.365	3.061.681	2.781.317	3.552.574
	2.342.365	**3.259.015**	**2.826.317**	**3.749.908**

24 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**	**31.12.2015**	**31.12.2014**
		(Reclassificado – nota 1.5.)		(Reclassificado – nota 1.5.)
Serviços de terceiros	580.755	300.706	1.792.054	1.284.697
Pessoal, encargos e benefícios	2.542.550	1.946.401	8.524.902	6.994.346
Comissões	306.721	312.615	576.660	536.229
Aluguéis, seguros, condomínios e outros	1.132.251	1.113.324	2.359.521	2.222.002
Complemento de provisão para bônus e participação nos resultados	655.603	2.298.916	1.115.547	2.541.408
Complemento (Reversão) provisão devedores duvidosos	(24.264)	28.925	(11.985)	53.672
Complemento de provisão para contingência	188.378	387.576	358.088	385.076
Energia, comunicação e outros	729.035	612.172	1.066.721	856.711
Consultores, advogados e auditores	383.262	693.061	746.464	975.314
Publicidade e propaganda	245.077	215.443	504.375	243.674
Despesas com passagens e estadias	86.274	65.565	228.430	169.393
Outros gastos (i)	118.047	144.680	219.350	288.796
Depreciação e amortização	2.078.564	1.135.461	4.450.730	2.735.190
	9.022.253	**9.254.845**	**21.930.857**	**19.286.508**

(i) Referem-se, principalmente, a outras provisões e demais materiais e insumos necessários à operação.

25 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**	**31.12.2015**	**31.12.2014**
Despesas financeiras:				
Juros de aquisição de investimento	(240.738)	(232.103)	(539.557)	(374.619)
Juros sobre empréstimos	(880.993)	(326.228)	(886.429)	(326.228)
Despesas bancárias	(16.238)	(18.598)	(31.901)	(29.301)
Ajuste a valor presente	(319.811)	(398.258)	(540.836)	(601.781)
Despesas com IOF	(4.400)	(2.695)	(6.486)	(9.056)
Outras despesas financeiras	(936)	-	(29.018)	(1.002)
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicação financeira	4.696.536	3.558.364	5.362.288	4.069.182
Juros ativos	163.717	124.485	540.703	276.002
Ajuste a valor presente	-	-	151.359	-

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**	**31.12.2015**	**31.12.2014**
Outras receitas financeiras	23.351	8.287	38.625	15.635
	3.420.488	**2.713.254**	**4.058.748**	**3.018.832**

26 PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram computados de acordo com as alíquotas vigentes e o imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias e sobre o prejuízo fiscal e a base negativa acumulados.

a) Imposto de renda corrente e diferido

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora	
	31.12.2015	**31.12.2014**
Lucro antes dos impostos	9.554.233	11.499.232
Imposto tributário pela alíquota oficial combinada (34%)	3.248.439	3.909.739
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:		
Compensação de prejuízos fiscais	(528.494)	(296.677)
Provisão para pagamento de bônus e participação nos resultados	236.736	266.808
Provisões trabalhistas	72.383	5.280
Equivalência patrimonial	(1.101.412)	(2.073.633)
Pesquisa e desenvolvimento – Lei do Bem (iii)	(963.964)	(697.314)
Pagamento de associação de classes e diferenças temporárias	(65.373)	15.492
Provisão para *Impairment*	646.000	326.455
Juros sobre capital próprio	(1.889.344)	(606.488)
PAT e outras diferenças permanentes	14.796	(11.219)
Ajuste a valor presente	108.736	135.408
Parcela isenta da alíquota adicional	(24.000)	(24.000)
Imposto (Crédito) tributário pela alíquota efetiva	**(245.497)**	**416.235**

	Controladora	
	31.12.2015	**31.12.2014**
Lucro antes dos impostos	**9.554.234**	**11.499.232**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	**245.497**	**(416.235)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	815.194	(777.080)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(569.697)	360.845
Alíquota efetiva imposto (crédito) tributário	3%	(4%)

	Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**
Lucro antes dos impostos	9.346.458	11.219.044
Imposto (Crédito) tributário pela alíquota oficial combinada (34%)	3.177.796	3.814.475
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:		
Compensação de prejuízos fiscais	(1.601.228)	(470.240)
Ajustes receita por competência	55.302	34.630
Provisão para pagamento de bônus e participação nos resultados	351.454	(315.822)
Provisões trabalhistas	97.561	(199.692)
Pesquisa e desenvolvimento – Lei do Bem (iii)	(1.617.887)	(697.314)
Pagamento de associação de classes e diferenças temporárias	(117.477)	27.387
Provisão para *Impairment*	646.000	326.455
Juros sobre capital próprio	(1.889.344)	(606.488)
PAT e outras diferenças permanentes	11.214	12.183
Ajuste a valor presente	132.422	204.606
Amortização de ágio dedutível	-	(1.530.670)
Parcela isenta da aliquota adicional	(48.000)	(48.000)
Prejuízo fiscal (i)	552.750	173.563
Diferença de regime tributário – Lucro presumido (ii)	(203.835)	(589.026)
Imposto (Crédito) tributário pela alíquota efetiva	**(453.272)**	**136.047**

	Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**
Lucro antes dos impostos	**9.346.458**	**11.219.044**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	**453.272**	**(136.047)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	513.518	(1.808.322)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(60.246)	1.672.275
Alíquota efetiva imposto (crédito) tributário	5%	(1%)

(i) As controladas Senior Solution Serviços em Informática Ltda. e Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. apresentaram prejuízo fiscal no período. Estas empresas seguem o regime de apuração de lucro real.

(ii) As controladas Controlpart Consultoria e Participações Ltda. e Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda. seguem o regime de apuração de imposto de renda e contribuição social por meio do lucro presumido, apurando, respectivamente, no período R$650.909 e R$60.577 de provisão.

(iii) Em 2015 a Companhia emitiu um comunicado ao mercado informando que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) aprovou a inclusão da Companhia na categoria das empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais da Lei do Bem. Portanto, a Companhia, por conta do reconhecimento do referido incentivo fiscal, registrou um benefício pela redução do imposto de renda e contribuição social corrente. A lei 11.196/05, que passou a ser conhecida como "Lei do Bem",

cria a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizaram pesquisas e desenvolvimento de inovação tecnológica.

b) Imposto de renda e contribuição social diferido – ativo

Abaixo a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**	**31.12.2015**	**31.12.2014**
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base negativa - Senior Solution S.A.	987.739	535.077	987.739	535.077
Prejuízo fiscal e base negativa - Senior Solution Serviços em Informática Ltda.			1.717.705	1.373.944
Prejuízo fiscal e base negativa - Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.			1.313.826	1.048.636
Prejuízo fiscal e base negativa - Aquarius Tecnologia e Informática Ltda.			327.071	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25.746	33.996	39.331	39.633
Provisão para participação nos lucros	499.841	922.173	576.796	1.063.153
Provisão para contingência e outras obrigações	498.609	434.560	762.973	642.328
Intangível com vida útil indefinida – Drive (i)			918.402	1.224.536
Outras provisões	87.284		128.930	
Serviços a faturar	(1.302.731)	(1.076.298)	(2.297.013)	(1.845.936)
Adiantamento de clientes	193.417	799.539	297.772	906.686
Impostos incidentes sobre ajuste de receita por competência	116.014	26.569	205.584	89.892
Total IR / CS diferido Ativo	**1.105.919**	**1.675.616**	**4.979.116**	**5.077.949**

(i) No dia 01 de janeiro de 2014, a Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. ("Senior Consultoria") efetuou a incorporação da empresa investida Drive Consultoria e Informática Ltda. ("Drive"), visando a redução dos custos de manutenção e administração de duas sociedades distintas, consolidando-as em uma única empresa, buscando a otimização administrativa e operacional. Com a incorporação, a Senior Consultoria passa a se beneficiar da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição da Drive, dentro do período determinado pela legislação em vigor. No âmbito do processo de alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation - PPA*, em inglês), de identificação e avaliação dos ativos (tangíveis e intangíveis) da transação, a Administração registrou, no momento da incorporação, o imposto de renda e contribuição social diferido proveniente dos ativos intangíveis não amortizáveis contabilmente, ou seja, ativos intangíveis que não possuem vida útil definida e, por isso, se configuram como diferenças temporárias na apuração do imposto de renda e contribuição social corrente. Abaixo, apresentamos a composição dos itens intangíveis da Drive considerados na composição do imposto de renda e contribuição social diferido:

	Consolidado
Intangíveis da aquisição da Drive não amortizáveis contabilmente	
Goodwill	(14.808)
Marcas e patentes	(291.325)
Total	**(306.133)**
Imposto de renda e contribuição social diferido (34%) – saldo em 31.12.2014	**1.224.536**
Movimentação	
Amortização fiscal considerada no ano de 2015	
Goodwill	(14.808)

Marcas e patentes	(291.326)
Total	**(306.134)**
Imposto de renda e contribuição social diferido (34%) – saldo em 30.09.2015	**918.402**

c) Imposto de renda e contribuição social diferido - resultado

Apresentamos abaixo, a reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferido reconhecido no resultado do período:

	Controladora		
	31.12.2015	**31.12.2014**	**Variação**
Imposto de renda e contribuição e contribuição social diferido – ativo	1.105.919	1.675.616	(569.697)
Imposto de renda e contribuição social diferido – resultado			**(569.697)**

	Consolidado		
	31.12.2015	**31.12.2014**	**Variação**
Imposto de renda e contribuição e contribuição social diferido – ativo	4.979.116	5.077.949	(98.833)
Imposto de renda e contribuição e contribuição social diferido – passivo novo investimento	38.587	-	38.587
Imposto de renda e contribuição social diferido – resultado			**(60.246)**

A Companhia, com base em projeções de resultados tributáveis de exercícios futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração, estima recuperar os créditos tributários diferidos atuais em um prazo inferior a 5 anos.

27 LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluídos por ação:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia	9.799.730	11.082.997
Denominador		

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2015	**31.12.2014**
Média ponderada de número de ações ordinárias	11.322.586	11.505.495
Resultado básico e diluído por ação	**0,866**	**0,963**

28 SEGUROS

A Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil.

A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica e o valor individual dos ativos utilizados e o fato de que a Companhia e suas controladas são empresas prestadoras de serviços; logo, é menos dependente de ativos tangíveis do que uma empresa industrial.

Os ativos segurados são as máquinas e equipamentos e a edificação onde a Companhia e suas controladas estão instaladas.

Seção F – Políticas contábeis

29 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

29.1 CONSOLIDAÇÃO

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A SENIOR SOLUTION S.A. controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a SENIOR SOLUTION S.A. A consolidação é interrompida a partir da data em que a SENIOR SOLUTION S.A. deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*Impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela SENIOR SOLUTION S.A.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data

da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Os resultados das subsidiárias adquiridas e/ou incorporadas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e de 2015 estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição e/ou incorporação. Dessa forma, para fins de comparação dos resultados da controladora e consolidado entre 2014 e de 2015, devem ser consideradas as datas de aquisição e incorporação dos resultados de cada subsidiária.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações das Companhias Senior Solution Consultoria em Informática Ltda., Senior Solution Serviços em Informática Ltda, Controlpart Consultoria e Participações Ltda, Aquarius Tecnologia e Informática Ltda e Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda..

29.2 CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa e operações de *hedge* de investimento líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros

não monetários, por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio.

29.3 AJUSTE A VALOR PRESENTE

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

As principais contas sujeitas a ajustes a valor presente são: empréstimos e financiamentos e obrigações por aquisição de investimentos (tanto no curto quanto no longo prazo).

O cálculo de valor presente dos empréstimos e financiamentos e obrigações por aquisição de investimentos foi efetuado seguindo a metodologia a seguir. Calculamos o valor futuro das amortizações mensais à taxa de juros contratada do financiamento. No segundo passo, calculamos o valor presente das mesmas parcelas pela taxa de desconto obtida pela WACC (*Weighted Average Cost Of Capital*). A diferença entre o valor da dívida registrada e o valor presente calculado constitui o montante de ajuste.

29.4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Em sua maioria são classificadas na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

29.5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

29.5.1 CLASSIFICAÇÃO

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro"

no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Nesta categoria também se enquadram os investimentos em coligada ou em controlada, cuja parcela da participação seja detida indiretamente por meio de organização de capital de risco, independentemente de a organização de capital de risco exercer influência significativa sobre essa parcela da participação conforme CPC 18 (R2).

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, principalmente, "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

29.5.2 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo e os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

29.5.3 COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

29.5.4 *IMPAIRMENT* DE ATIVOS FINANCEIROS

Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele
evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado

29.6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE *HEDGE*

Inicialmente, e em os havendo, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo com as variações do valor justo lançadas contra resultado.

A Companhia não efetuou contratação de instrumentos financeiros derivativos no exercício.

29.7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo licenciamento de *softwares*, prestação de serviços de informática e consultoria no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (*Impairment*), a qual é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Para o cálculo do valor recuperável, a Companhia efetua mensalmente uma análise individual das notas fiscais em aberto. Algumas características são analisadas e sinalizam a necessidade de provisionamento, como (i) serviços não prestados adequadamente nos termos definidos nos contratos; (ii) notas fiscais com valores ou informações incorretas; (iii) ausência de evidência de que todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o cliente; e (iv) não é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

Além da análise da existência de alguma das características mencionadas acima, a Companhia efetua o registro de provisão para crédito de liquidação duvidosa para notas fiscais cujo atraso no recebimento supera 9 meses da data de vencimento original, mesmo que na análise individual não tenham sido identificados fatores que justifiquem o provisionamento. No entanto, dependendo da natureza do atraso no recebimento, a Diretoria poderá decidir pelo não provisionamento, devendo formalizar essa autorização.

Por fim, para as notas fiscais, cujo atraso no recebimento supera 12 meses, a Companhia efetua o registro de provisão para crédito de liquidação duvidosa. No entanto, dependendo da natureza do atraso no recebimento, o Conselho de Administração poderá decidir pelo não provisionamento, devendo formalizar essa autorização.

O valor presente é calculado com base em taxas praticadas no mercado e no custo de capital representado pelo custo médio ponderado de capital (WACC).

29.8 ESTOQUES

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

As empresas do Grupo não possuem valores relevantes de estoques de produtos, uma vez que suas atividades estão concentradas em serviços de tecnologia visando o mercado financeiro.

29.10 INVESTIMENTOS

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18-R1 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Como o ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integra o valor contábil do investimento na coligada, este não é reconhecido separadamente e seu valor recuperável é testado considerando a unidade geradora de caixa que pertence.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representado o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer a perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

29.11 ATIVOS INTANGÍVEIS

Refere-se a marcas e patentes, *softwares* adquiridos, custos e despesas com desenvolvimento de novos produtos (*softwares*), além dos ágios, valor da carteira de clientes e outros intangíveis decorrentes das aquisições das empresas Intellectual Capital Ltda. (incorporada em 22 de julho de 2008), Senior

Solution Consultoria em Informática Ltda., Controlpart Consultoria e Participações Ltda. e Drive Consultoria e Informática Ltda. (incorporada em 01 de janeiro de 2014). Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, estavam sendo amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos, desde as datas das transações que os originaram. A partir de 1º de janeiro de 2009 tais ágios não são mais amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável (Nota 14).

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O exercício e o método de amortização de um ativo intangível de vida finita são revistos no mínimo no encerramento de cada exercício. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável. A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é apurado na aquisição ou na subscrição de capital em outra sociedade, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor da equivalência patrimonial, calculada a partir do percentual de aquisição ou subscrição sobre o valor do patrimônio líquido da sociedade avaliado pelo valor justo (valor de mercado) de todos os seus ativos e passivos (Nota 11). Neste processo de apuração do valor do patrimônio líquido, a eventual existência de ativos não contabilizados que possuam valor justo, são individualizáveis e ainda podem ser negociados individualmente.

Conforme deliberação CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Ativos Intangíveis, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia deixou de amortizar contabilmente os ágios decorrentes dos investimentos adquiridos. Tendo em vista que alguns dos referidos ágios continuam sendo amortizados para fins tributários, foram constituídos os correspondentes efeitos tributários diferidos sobre a parcela de amortização excluída fiscalmente. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*Impairment*).

b) Softwares

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota 14.

c) Carteira de clientes

Carteira de clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

d) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada.

29.12 IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou desenvolvimento, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 13. O imobilizado está registrado em seu valor bruto de créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), uma vez que a empresa não se utiliza destes impostos como créditos fiscais.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis estão demonstradas na nota 13.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

29.13 *IMPAIRMENT* DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor:

a) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados, em relação à perda por redução ao valor recuperável, anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável.

29.14 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

29.15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros compostos, os quais possuem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pela Companhia, compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela

Companhia com emissão do título e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

29.16 PROVISÕES

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

29.17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R$ 240 mil anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

i) Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

ii) Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços (“ISS”) às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente, bem como o INSS Patronal à aliquota de 2,00% até o mês de novembro do exercício de 2015 e 4,5% apartir do mês de dezembro do mesmo exercício.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

29.18 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS (CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES)

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação tem probabilidade de ocorrência nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

29.19 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Obrigações de aposentadoria

As empresas do Grupo oferecem aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento. As empresas não possuem qualquer responsabilidade sobre o fundo ou sobre sua Administração.

b) Remuneração com base em ações

O Grupo ofereceu a alguns executivos até o ano de 2013, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, um plano de remuneração baseado em ações ("*Stock Options*", nota 21), segundo o qual recebia os serviços como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. Conforme o CPC10 – Pagamentos Baseados em Ações, o prêmio dessas ações, calculado na data da outorga, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o exercício de carência à medida que os serviços são prestados.

c) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados em regime de competência, de acordo com a política de remuneração do Grupo.

29.20 CAPITAL SOCIAL

As ações são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

29.21 RECONHECIMENTO DA RECEITA

A Companhia aufere, principalmente, receitas de licenciamento de *software*, compreendendo taxa de licenciamento, receita de serviços de manutenção e de suporte ao produto, serviços de customização, consultoria e assessoria permanente.

As receitas relativas à licença de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

As receitas de serviços de customização e consultoria são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, conforme contratos de prestação de serviços. Os casos em que o serviço foi prestado, porém ainda não faturado, são registrados como serviços em andamento na rubrica "contas a receber" no ativo circulante.

As receitas de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços ("ISS") às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de informática, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente, bem como o INSS Patronal à aliquota de 2,00% até o mês de novembro do exercício de 2015 e 4,5% apartir do mês de dezembro do mesmo exercício.

Conforme art. 8º da Lei nº 10.637, de 2002, e do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003, estão excluídas do regime de não-cumulatividade as receitas provenientes das atividades de desenvolvimento de software

e o seu licenciamento ou cessão de direito de uso, bem como de análise, programação, instalação, configuração, assessoria, consultoria, suporte técnico e manutenção ou atualização de software, compreendidas ainda como softwares as páginas eletrônicas, auferidas por empresas de serviços de informática. A exclusão da não-cumulatividade não alcança a comercialização, licenciamento ou cessão de direito de uso de software importado.

29.22 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no momento em que são aprovadas em Assembleia Geral, com base no estatuto social da Companhia ou autorizadas pelo Conselho de Administração.

29.23 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

. IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

. IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

* * * *